



DIÁLOGOS SOBRE SAÚDE E PROTAGONISMO INFANTO-JUVENIL

Ações e desafios para a Fiocruz

Beatris Camila Duqueviz, Leonidio M. Sousa Santos, Natália Helou Fazzioni (Orgs.)

Diálogos sobre saúde e protagonismo infanto-juvenil: ações e desafios para a Fiocruz

Organizadores

Beatris Camila Duquevitz

Leonídio Madureira Sousa Santos

Natália Helou Fazzioni

1ª edição

Rio de Janeiro

Fiocruz

2014



Ministério da Saúde

FIUCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

G O V E R N O F E D E R A L



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

MINISTÉRIO DA SAÚDE - GOVERNO FEDERAL

Ministro

Arthur Chioro

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

Presidente

Paulo Gadelha

COORDENADORIA DE COOPERAÇÃO SOCIAL

Coordenador

Leonídio Madureira Sousa Santos

vida
estratégia
informação
cultura
acesso
gestão
cidadania
SUS
Cooperação
Social
Fiocruz
saúde
diversidade
desenvolvimento
território
educação
solidariedade
transformação
tecnologia
democracia
equidade



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Coordenadoria de Cooperação Social

Distribuição e informações:

Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

ISBN: 978-85-8110-020-3

Projeto editorial

Editora Filhos do Vento

Site: www.editorafilhosdovento.com.br

Revisão

Mônica d'Oliveira

Capa

Iago Andrade

Vladmir de Oliveira

Projeto gráfico e editoração

Vladmir de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D946d

Duqueviz, Beatris Camila (org.)

Diálogos sobre saúde e protagonismo infanto-juvenil: ações e desafios para a Fiocruz/ Beatris Camila Duqueviz; Leonídio Madureira Sousa Santos; Natália Helou Fazzioni (organizadores). – Rio de Janeiro: Coordenadoria de Cooperação Social/Fiocruz, 2014.

p. 109

ISBN- 978-85-8110-020-3

1. Projetos sociais. 2. Tecnologia Social. 3. Juventude 4. Educação 5. Saúde 6. Cidadania.

I. Título

CDD 360

CDU 36

Impressão

Corbã Editora Artes Gráficas Ltda

Rua 24 de Fevereiro, 67 - Bonsucesso - RJ

Site: www.corbagrafica.com.br

ÍNDICE

- 07 **Prefácio**
Paulo Gadelha
- 09 **Apresentação**
- 15 **Programa de Produção Cultural do Museu da Vida:
olhando para o território**
*Carmen Evelyn Rodrigues Mourão, Hilda da Silva Gomes,
Vanessa Fernandes Guimarães*
- 29 **Juventude pela saúde: experiência de protagonismo juvenil
para a promoção da saúde em espaços escolares no
âmbito do Programa Saúde na Escola - PSE/DF**
Fernando Rocha, Izabela Caixeta, Luciana Sepúlveda Köptcke
- 49 **Tecnologia social e políticas públicas para a juventude
negra em contexto de violência**
Fernanda Mendes Lages Ribeiro, Mayalu Matos, Rosane Souza
- 65 **O Programa Jovem Aprendiz na Fiotec: balanços e
perspectivas de uma nova experiência**
Aline Caputi, Flavia Xavier, Patricia Lopes, Raquel Raad
- 73 **Experiências de formação crítico-cidadã com jovens em
Manguinhos: arte, cultura e educação a partir da favela**
*Daniel Pinha Silva, Elizabeth Campos, Felipe Eugênio dos
Santos Silva*
- 85 **Cidade, cidadania e saúde: experiência de educação
socioespacial para a qualidade de vida**
*Ana Beatriz Melo de Oliveira, Carmen Beatriz Silveira, Claudia
Muniz Magnani, Patrícia Daflon dos Santos*
- 107 **Sobre os autores**
- 111 **Sobre os organizadores**

Prefácio

A presente publicação se articula aos objetivos da Fundação Oswaldo Cruz de produção tecnológica e científica para a promoção e melhoria das condições de vida e saúde da população, com ênfase na redução das desigualdades e iniquidades no acesso aos serviços e às condições promotoras da saúde. Isso significa empreender esforço máximo na defesa do SUS, da democracia e da cidadania ampla, trazendo para primeiro plano a redução das desigualdades sociais e suas diversas formas de reprodução para com a infância e juventude do nosso país.

As experiências reunidas nesse livro buscam o enfrentamento desse problema ao versarem sobre projetos que atuam com crianças e jovens de territórios socioambientalmente vulnerabilizados, localizados em centros urbanos. A atuação junto a esse público revela a necessidade de pensar adiante, a partir de um novo quadro de referências, capazes de compartilhar valores fundamentais do modelo democrático, do direito à vida, e à vida digna, e da promoção da saúde contemplando potenciais humanos e de solidariedade associados ao mundo da arte, da cultura, da produção do conhecimento, da reflexão sobre a cidade e o meio em que habitam.

Em um contexto marcado, ainda, por diferentes formas de precarização da cidadania, no seu sentido ampliado, estes projetos propõem novos desafios e, ao mesmo tempo, possibilidades de edificação de um futuro distinto, a partir da restauração de princípios de justiça, solidariedade e igualdade social e que reflitam na dinâmica das relações sociais e na qualidade de vida das pessoas.

Paulo Gadelha
Presidente
Fundação Oswaldo Cruz

Apresentação

Ao longo da sua história, a Fiocruz tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida e condições de saúde da população brasileira e desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS). A cidadania ampla, a defesa do direito à saúde e o enfrentamento às desigualdades sociais constituem alguns dos principais compromissos expressos na Carta Política aprovada no VII Congresso Interno da instituição. Destaca-se ainda que a atual gestão da Fiocruz (2013-2016) está assentada em quatro pilares básicos que constituem as suas macrodiretrizes, dentre eles o comprometimento com o combate às iniquidades sociais.

Alinhada com esta perspectiva, a Coordenadoria de Cooperação Social da Presidência afirma a necessidade de identificar e enfrentar iniquidades relacionadas aos determinantes sociais da saúde – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura e acesso a bens e serviços essenciais. Sendo assim, atua com metodologias participativas junto aos diferentes segmentos populacionais e territórios em situação de vulnerabilidade social e ambiental, visando otimizar e potencializar políticas públicas voltadas para a promoção da saúde. Deste modo, atentar para as especificidades da população brasileira, levando em conta suas diferenças de classe, de gênero, étnicas e geracionais, constitui um passo fundamental na concretização destes compromissos.

Nesse sentido, em 2011, a Cooperação Social formulou um projeto intitulado “Fortalecimento do Segmento Infanto-Juvenil na Fiocruz”; regimentado em um conjunto de atividades com objetivo de articular os projetos que trabalham com público infantil e juvenil na Fiocruz, promovendo a difusão e compartilhamento de experiências e metodologias integradoras e participativas. O projeto procurou integrar especialmente iniciativas voltadas para a redução das iniquidades existentes neste grupo geracional no Brasil hoje, em especial nos territórios vulneráveis do ponto de vista social e ambiental. Ainda em 2011, esta coordenadoria lançou o Edital de Cooperação Social para o Desenvolvimento Territorializado (CSDT 02.2011) através do qual foram contemplados vinte projetos propostos por diversas unidades da Fiocruz. Neste universo, ao menos cinco projetos possuíam jovens

como foco principal, ou como parte do público envolvido¹.

Iniciativas voltadas ao segmento infanto-juvenil estão presentes na instituição desde pelo menos a década de 1920, com a fundação do Instituto Fernandes Figueira (hoje Instituto Nacional da Saúde, da Mulher, da Criança e do Adolescente). Nos anos 1980, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio foi criada, passando a oferecer ensino politécnico em saúde de nível médio; aproximando também o público jovem da instituição. Para além destas unidades, nas quais crianças e jovens fazem parte do escopo de suas missões, identifica-se uma série de iniciativas e projetos em outras unidades com foco neste mesmo grupo. Muitas delas estão voltadas para os territórios no entorno dos *campi* Fiocruz, como é o caso de Manguinhos e também da Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, onde se encontra o Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz Mata Atlântica.

Os artigos reunidos nesta coletânea apresentam algumas das experiências deste segundo tipo – impulsionadas por unidades cuja finalidade não está necessariamente relacionada a este público – e buscam refletir sobre seus limites e possibilidades². Tais iniciativas apresentam-se fundamentalmente por meio de três formas de atuação; a saber: 1) ações desenvolvidas pelas unidades; 2) ações desenvolvidas em conjunto com instituições parceiras por meio de convênio e 3) uma ação desenvolvida pela FIOTEC³. Os temas enfrentados por estes projetos são bastante diversos, incluindo: arte, cultura, trabalho, escola, meio-ambiente, entre outros. Todos, no entanto, perpassam

1. São eles: “Território em Transe” (COC/Museu da Vida); “Manguinhos entre Garotos” (ACS/Ensp); “Correspondentes Comunitários Multimídia” (PDCFMA/Presidência); “Promoção da Saúde sob a perspectiva da habitação e do Habitat” e “Fortalecimento da ação intersetorial em saúde: apoio à implementação do Programa Saúde nas Escolas em Sobradinho II – Distrito Federal” (DIREB). Sendo que os dois últimos estão contemplados nesta publicação.

2. Cabe observar que não estão contempladas aqui todas as ações existentes na Fiocruz voltadas para este público e sim apenas alguns representantes. Três importantes iniciativas que participaram do projeto “Fortalecendo o Segmento Infanto Juvenil na Fiocruz” e que não estão aqui presentes são: “Crescendo com Manguinhos” (SOMAR – Biomanguinhos), “Fortalecendo a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente” (Gestão Social – Farmanguinhos) e FioJovem (ICTT).

3. Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde, cuja missão consiste em prestar serviços de apoio logístico, administrativo e gestão financeira aos projetos desenvolvidos pela Fiocruz.

por questões comuns, propondo uma abordagem da noção de *saúde* por meio de seu conceito ampliado⁴ e, reforçando a necessidade de se fomentar o *protagonismo* destas crianças e jovens⁵, para que se compreendam enquanto sujeitos históricos e de direitos.

Segundo o último senso do IBGE (2010) a população com idade entre 0 e 14 anos representava 24,08% da população, isto é, 46,3 milhões de brasileiros. Já a população com idade entre 15 e 29 anos, representava 26,91%, isto é, 51 milhões de pessoas. Crianças e jovens, portanto, conformam 50,99 % da população nacional, ou mais de 97 milhões de brasileiros⁶. Com relação aos jovens, trata-se do maior contingente jovem já existente no país (ainda que percentualmente venha ocorrendo uma diminuição significativa nesta faixa etária desde os anos 1970)⁷. No Rio de Janeiro e em outras grandes cidades brasileiras, a juventude tem se mostrado politicamente ativa, informada e capaz de mobilizar e multiplicar práticas e opiniões, como observado nas manifestações que ocorreram no país em junho de 2013.

No início de 2013, a Secretaria Nacional da Juventude publicou o “Estatuto da Juventude”⁸, reconhecendo o papel estratégico dos jovens no desenvolvimento do país e apontando os direitos que devem ser garantidos de acordo com a especificidade deste grupo. O Estatuto completou o primeiro ciclo de leis que garantem direitos geracionais no Brasil – iniciado com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em 1990⁹.

A publicação dos Estatutos, no entanto, não implica, evidentemente,

4. Conceito da saúde visto a partir de uma compreensão de integralidade e da própria dinâmica ligada aos fatores que determinam as condições de saúde (educação, habitação, emprego, etc.) para além do binômio saúde/doença.

5. Conceito da saúde visto a partir de uma compreensão de integralidade e da própria dinâmica ligada aos fatores que determinam as condições de saúde (educação, habitação, emprego, etc.) para além do binômio saúde/doença.

6. O Estatuto da Criança e Adolescência define criança como a pessoa até doze anos incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos. O Estatuto da Juventude aprovado em 2013 define jovem como as pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos de idade.

7. O bolsista Pedro Alem Santinho colaborou com a coleta destas informações.

8. Disponível em <<http://www.juventude.gov.br/documentos/publicacoes>>, acessado em 09/10/2014..

9. Em 2003, foi também publicado o Estatuto do Idoso.

no alcance dos direitos citados. As iniquidades socioeconômicas que acometem esta geração estão longe de serem superadas e, apesar dos últimos anos terem apresentado significativos avanços com relação à queda da mortalidade infantil, ampliação do acesso à creche, à escola fundamental e mesmo à universidade, outros problemas se mantêm. Os jovens negros, moradores de favelas e periferias, por exemplo, são ainda aqueles que mais sofrem com relação às violações dos direitos e à violência cotidiana, como demonstra o artigo apresentado no terceiro capítulo deste livro, que versa sobre os desafios da formulação do Programa Juventude Viva, no âmbito do governo federal, com apoio do CLAVES/ENSP (Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli).

Desafios também estão presentes na implementação de outras políticas públicas e legislações voltadas para este segmento. É o que se pode observar no segundo capítulo, sobre a experiência da DIREB (Diretoria Regional de Brasília da Fiocruz) com o desafio de promover o protagonismo juvenil e a intersectorialidade no Programa Saúde na Escola em Sobradinho/DF. Igualmente desafiador, tem sido o processo de adequação da Fiotec à Lei da Aprendizagem, com a implementação do programa Jovens Aprendizes em sua estrutura, como é possível verificar no artigo que apresenta um balanço desta iniciativa, no quarto capítulo.

Um outro modelo de articulação entre aprendizagem e trabalho, vem sendo desenvolvido pela equipe do Museu da Vida (Casa de Oswaldo Cruz) com o Programa de Produção Cultural, direcionado a um público formado por jovens na faixa etária entre 16 e 19 anos e que morem ou estudem em Manguinhos, como apresentado no primeiro capítulo. O programa tem buscado não apenas a possibilidade de inserção destes jovens em um mercado de trabalho específico, mas fundamentalmente uma formação mais ampla para estes jovens, relacionada ao contexto onde vivem e suas especificidades.

Ainda nesse sentido, outra ação com enfoque no reconhecimento dos territórios de origem dos jovens foi realizada no Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz Mata Atlântica – experiência apresentada no sexto e último capítulo. Através de articulação com uma escola municipal no bairro da Taquara, foram desenvolvidas ações

educativas e culturais que pudessem auxiliar no entendimento da relação entre sociedade e natureza e para sensibilizar os participantes a respeito das condições da ocupação urbana, da qualidade das habitações e suas implicações com a saúde. Um dos resultados mais impactantes do projeto foi a formulação do “Almanaque Saúde e Cidade”, construído compartilhadamente entre pesquisadores e estudantes com foco nas particularidades desta região da cidade do Rio de Janeiro.

Em Manguinhos, a Rede de Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo, Democrático e Sustentável (REDECCAP) – com apoio da Coordenadoria de Cooperação Social da Fiocruz – conduz diferentes ações educativas que possuem como horizonte, a possibilidade de alteração do quadro de referências simbólicas acerca da cidade e do território por parte dos estudantes. As ações especificamente voltadas para o público infanto-juvenil são o Laboratório de Educação Territorializada e Cidadã de Manguinhos, a Oficina Portinari e a Escola de Música de Manguinhos, as quais servem de referência para o artigo apresentado no quinto capítulo.

As ações aqui apresentadas – sejam elas programas contínuos, ou projetos temporários – lançam luz para um conjunto de questões comuns que permitem compreender não apenas seus impactos individuais, como também vislumbrar o potencial transformador que possuem como um todo. Tais ações permitem ainda constatar a existência de um modo de agir com relação a este público característico das ações desenvolvidas pela Fiocruz nos últimos anos. Esta transformação pode ser observada não apenas nos projetos aqui representados, como também por meio da reformulação que vem sendo feita em torno do antigo “Projeto Fazendo e Aprendendo” (mais conhecido por São Martinho, em razão da parceria com a organização de mesmo nome para gestão do projeto), a partir da qual tem se proposto a ampliação do investimento na formação crítica e cidadã dos jovens envolvidos, em consonância com o desenvolvimento de habilidades e interesses profissionais. Trata-se de uma mudança emblemática por se tratar de uma ação que perdurou por dezessete anos na Fiocruz e que pouco sofreu alterações ao longo de sua existência.

À luz das políticas nacionais sobre jovens, dos posicionamentos explicitados nas diversas experiências institucionais com este grupo

geracional, bem como da Carta Política aprovada no último Congresso Interno da Fiocruz, torna-se imprescindível considerar as ações voltadas para crianças e jovens no contexto de uma sociedade cada vez mais consciente da necessidade de concretização de seus direitos e da redução das desigualdades. Diferente de outros contextos, nos quais este público comumente torna-se objeto de intervenções mais pontuais e paliativas, no caso da Fiocruz, parece haver consenso sobre a importância de se investir em uma perspectiva de formação mais ampla, considerando fundamentalmente seus papéis de sujeitos históricos e de direitos e, sobretudo, seu potencial transformador.

Rio de Janeiro, Outubro de 2014
Os organizadores

Programa de Produção Cultural do Museu da Vida: olhando para o território

Carmen Evelyn Rodrigues Mourão

Hilda da Silva Gomes

Vanessa Fernandes Guimarães

Felizes, de uma maneira geral, geral

Estamos vivos, aqui, agora brilhando como um cristal

Somos luzes que faíscam no caos...

Auto Reverse (O Rappa)

O Museu, os jovens e a cultura: um novo enfoque

O Museu da Vida e a juventude do seu território tem uma relação duradoura de pelo menos 12 anos. Esta relação foi inaugurada com o Curso de Formação de Monitores cujo foco era capacitar os jovens para atuarem no apoio à mediação em centros e museus de ciência.

A partir de 2012, esta iniciativa sofreu uma inflexão buscando uma formação mais ampla, referenciada em ações educativas que pudessem estabelecer uma relação orgânica e produtiva com os jovens moradores deste território, por meio da integração com os processos, iniciativas e equipamentos culturais locais. Neste contexto, foi implementado o Programa de Produção Cultural da Casa de Oswaldo Cruz e do Museu da Vida direcionado a um público formado por jovens na faixa etária entre 16 e 19 anos e que morem ou estudem em Manguinhos. O enfoque na cultura e seus fazeres, além de estar em completa consonância com o Museu e suas atividades, proporciona um fértil campo educativo e de formação profissional.

Segundo Morin (2003), a cultura fornece ao indivíduo os sistemas simbólicos de representação da realidade, ou seja, o universo de significações que permite construir a interpretação do mundo real. Ela representa o local de negociações no qual seus membros estão em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significações.

Já o Plano Nacional de Cultura (PNC)¹ apresenta cultura como:

“Cultivo das infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades, tecidas em uma complexa rede que caracteriza a diversidade.”

O PNC afirma que as políticas culturais devem reconhecer e valorizar esse capital simbólico, por meio de fomento à sua expressão múltipla, gerando qualidade de vida, autoestima e laços de identidade entre os brasileiros, desvanecendo relações assimétricas e valorizando a diversidade. A sua implementação apoia de forma qualitativa o crescimento econômico brasileiro. Está voltado para fomentar a sustentabilidade de fluxos de formação, produção e difusão que respaldem as diversas linguagens artísticas e expressões culturais.

No contexto do Programa de Produção Cultural, o tema da cultura é trabalhado sob o enfoque da importância da pluralidade de culturas, reconhecendo os diferentes sujeitos socioculturais e abrindo espaços para a manifestação e valorização das diferenças. As ações educativas oferecem situações para a reflexão sobre as relações entre cultura e identidade, pluriculturalidade e democracia e a importância do acesso à cultura para a educação e o processo de formação cidadã.

O Programa almeja proporcionar a estes jovens uma formação que lhes possibilite uma futura inserção nas iniciativas e equipamentos culturais existentes no território, contribuindo assim também, para o seu fortalecimento. Acreditamos que a dinâmica de expressão e fruição cultural comunitária contribui para o reforço do tecido social, a partir da ampliação das referências de pertencimento à história territorial e aos fazeres culturais locais, passo decisivo para a ampliação da participação social e o fortalecimento da democracia e da cidadania.

Os indicadores de acesso a bens e equipamentos culturais no Brasil refletem desigualdades e estão entre os piores do mundo, mesmo

1. O Plano Nacional de Cultura o (PNC) foi transformado na Lei 12.343/10. Discutido na Câmara desde 2006, o PNC aponta estratégias e ações para a política cultural do País. A lei define princípios e objetivos para os próximos dez anos, discrimina os órgãos responsáveis pela condução das políticas e define critérios de financiamento.

se comparados aos de países em desenvolvimento. O hábito restrito de leitura da população aliado a baixa frequência a teatros, museus ou cinemas, revelam um capital cultural limitado (Bourdieu,1974). A ampliação do capital cultural dos jovens é outro objetivo importante do Programa, que proporciona oportunidades variadas de fruição cultural e aprendizagem, por meio de visitas técnicas a instituições culturais e museus, ampliando os horizontes destes jovens. Este processo visa também subsidiar a participação dos jovens em ações culturais no seu território.

Respeitando a inserção institucional do Programa, a cultura científica sob a ótica da popularização da ciência e da promoção da saúde é também valorizada, estimulando a reflexão e discussão sobre a realidade socioambiental de territórios socialmente vulnerabilizados, como o de Manguinhos.

Segundo Vygotsky (1998), sujeito do conhecimento, o homem não tem acesso direto aos objetos, mas acesso mediado, através de recortes do real, operados pelos sistemas simbólicos de que dispõe, portanto enfatiza a construção do conhecimento como uma interação mediada por várias relações, ou seja, o conhecimento não está sendo visto como uma ação do sujeito sobre a realidade, assim como no construtivismo, e sim, pela mediação feita por outros sujeitos. O outro social pode apresentar-se por meio de objetos, da organização do ambiente, do mundo cultural que rodeia o indivíduo.

De acordo com estes princípios, os objetivos que propomos visam possibilitar a construção de uma leitura mais crítica da realidade e das diferentes demandas sociais, trazendo para o campo da cultura e dos fazeres culturais, o debate sobre as contradições da sociedade onde estamos inseridos.

O Programa de Produção Cultural: referencial teórico e experiências

Nestes três anos em que sessenta jovens participaram do Programa, estamos aprendendo, ensinando e ampliando nossas perspectivas. Vivemos situações onde as emoções se mostram à flor da pele, entendendo que o sorriso e as lágrimas aparecem juntos e misturados. Estas experiências compartilhadas, no desenvolvimento das atividades educativas oferecidas, criam um movimento de construção

compartilhada de saberes, promovendo a confiança dos jovens em seu potencial criativo, minimizando conflitos, e também, propondo momentos que possibilitem uma reflexão crítica sobre a realidade e os seus posicionamentos em relação às situações desafiadoras. Por exemplo, nas rodas de conversa, as discussões sobre política, apontaram as dificuldades que encontramos em exercitar a ética e o respeito às diferenças em situações cotidianas e possibilitaram a ênfase na importância da participação social para a garantia dos direitos individuais e coletivos.



Turma 1-2012

Para estabelecer conexões com os objetivos de nossa proposta é preciso saber que o trabalho educativo no Museu da Vida está diretamente ligado ao campo da educação não formal.

Segundo Gohn (2010), esta modalidade educativa é um espaço

concreto de formação de saberes para a vida em coletivos, para a cidadania e que pode desenvolver processos como: consciência e organização para agir em grupos coletivos, construção e reconstrução de concepções de mundo e sobre o mundo, contribuição para o



Turma 2-2013

sentimento de identidade com uma dada comunidade, formação do indivíduo para a vida e suas adversidades.

Trilla (1998) destaca que a educação não formal permite além de contribuições de diversas áreas, a composição de diferentes bagagens culturais. Esta compreensão pode fazer com que algumas práticas continuadas da educação não formal apresentem-se como uma possível proposta inovadora e transformadora que busca - a partir das relações vividas no cotidiano, da valorização de questões não consideradas em outros campos educacionais - fazer emergir as bases de uma relação educacional diferenciada. Buscamos construir uma proposta educativa que também trouxesse o olhar de autores (LIBÂNEO, 1989; FREIRE, 1987) que acentuam a primazia da abordagem dos conteúdos sob a luz do seu confronto com as realidades sociais, visando contribuir

para o desenvolvimento de uma consciência crítica essencial para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade. Este referencial teórico, veio ao encontro de nossa preocupação em proporcionar a esses jovens um instrumental teórico e prático que possibilitasse reflexão sobre a realidade social, a apropriação de conceitos fundamentais para construção de conhecimentos e a percepção de seu papel como cidadãos e cidadãs capazes de transformar sua realidade.

“No contexto da luta de classes, o saber mais importante para o oprimido é a descoberta da sua situação de oprimido, a condição para se libertar da exploração política e econômica, através da elaboração da consciência crítica passo a passo com sua organização de classe”. (Freire, 1987).

O Programa foi estruturado em módulos, utilizando a estratégia do trabalho colaborativo como um espaço que prioriza a responsabilidade coletiva para o desenvolvimento de uma cultura pautada na formação de sujeitos críticos e conscientes de suas possibilidades de atuação no contexto social. Os módulos são desenvolvidos simultaneamente durante os dez meses de duração do programa. Eles estão centrados nos temas que envolvem as relações entre a Ciência e a Cultura, as interfaces presentes nas discussões sobre Identidade, Cidadania e Historicidade, a participação em oficinas de Comunicação e Expressão, a atuação em práticas de produção cultural e o Estágio em espaços educativo-culturais. Além do aprofundamento nos módulos, o programa prevê 10 visitas técnicas para o conhecimento de variadas expressões artísticas em instituições e centros culturais da cidade do Rio de Janeiro.

Os módulos consistem em atividades educativas realizadas tanto em sala de aula quanto em outros espaços, como a realização de visitas para conhecer espaços culturais, com objetivos e intenções diversas, para ampliação de suas possibilidades de acesso à cultura universal. Os conteúdos teóricos são apresentados por profissionais e/ou educadores que atuam como provocadores, instigando o debate e a reflexão sobre os temas apresentados. Após a fase de introdução teórica, os conceitos apresentados são trabalhados de forma dinâmica através de oficinas ou vivências que possibilitem aos jovens a sua apropriação de forma participativa e significativa.

A metodologia utilizada possibilita, a partir de atividades planejadas, dinâmicas e significativas, a participação ativa dos jovens na construção de conhecimentos de forma a sentirem-se provocados a enfrentarem os vários desafios oferecidos. Nesse sentido exercitam e aprimoram a sua criatividade e capacidade de expressão através de oficinas de multimídia², fotografia, leitura e escrita, teatro, e música, bem como experiência no planejamento e realização de eventos e atividades culturais. Estas atividades, além de proporcionarem experiência na produção cultural, objetivam aguçar a visão crítica sobre



Turma 2-2014

2. Desenvolvidas pelo Grupo de Educação Multimídia/GEM do Núcleo Interdisciplinar da UFRJ com objetivo de usar o recurso audiovisual como ferramenta pedagógica possibilitando aos jovens a experiência de compreender a importância das imagens e sua relação com o cotidiano na produção de vídeos e animações.

a realidade local e global³. A atividade de leitura, reflexão e produção de textos oferece narrativas de diferentes temáticas e autores, destinados a socializar discussões e debates sobre questões relevantes ao processo de construção da autonomia e preparação de cidadãos capazes de compreender a realidade - social, econômica, política e cultural - e o mundo do trabalho, para nele se inserir e atuar de forma ética, visando contribuir para a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos.

Os módulos, concomitantes, se estruturam da seguinte forma: três módulos de atividades educativas: Quem sou eu? Identidade, Cidadania e Historicidade; Noções e Práticas de Produção Cultural; e Oficinas de Expressão e Comunicação.

As atividades educativas articulam o objetivo geral aos temas definidos. Os temas são desenvolvidos a partir de assuntos que possam oportunizar situações de reflexão, debate, questionamento, quebra de paradigmas, resistência aos novos paradigmas, construção de novas ideias, apresentação de conceitos, leitura crítica, produção de materiais, textos e dinâmicas, interação e integração no grupo, e instrumentalizá-los para a realização de ações de produção cultural. Para fundamentar e dar consistência a estas questões, o Programa buscou a parceria tanto com profissionais que representam a academia quanto com os que atuam nos movimentos sociais. Podemos citar o Grupo de Educação Multimídia/GEM da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ; equipe do Projeto Manguinhos Território em Transe sob a coordenação de Alessandro Batista (coordenador do Serviço de Visitação e Atendimento a Público do Museu da Vida); equipe do Serviço de Educação do Museu da Vida; profissionais de outras unidades da Fiocruz que vem compartilhar suas expertises e apresentar várias dimensões educativas.

Além deste recorte, o Programa insere os jovens nas ações institucionais como Fiocruz pra Você e Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, e, a partir de sua participação, estimula o debate sobre o

3. Atividades desenvolvidas pela equipe do Projeto Território em Transe/ Coordenadoria de Cooperação Social / Presidência da Fundação Oswaldo Cruz, que visam, por meio da construção da história social de Manguinhos, mobilizar o protagonismo local de seus moradores através de ações coletivas, na luta por garantia de direitos.

que define a ciência e a importância da sua popularização e divulgação para a inclusão social e o exercício esclarecido da cidadania.

Para dar suporte a essa estrutura exercitamos o conhecimento e fortalecimento do grupo de participantes como principal alicerce para toda a diretriz pedagógica através de dinâmicas de grupo. Elas fundamentaram-se originariamente na teoria da forma ou *Gestalt*. Seguindo esta concepção estruturalista, as dinâmicas de grupo estudam as forças que afetam a conduta do grupo, começando por analisar a situação grupal como um todo com força própria (*Gestalt*). A partir desse estudo, surge o conhecimento de cada um dos seus componentes (o todo dá sentido às partes). O verdadeiro sentimento de grupo somente existe quando há um forte laço de união e um sentimento do “nós”, que costuma manifestar-se nos seus integrantes ao usarem a 1ª pessoa do plural (GONÇALVES; PERPÉTUO, 2005).

A construção do conhecimento no ambiente grupal se dá não apenas pelo desenvolvimento do raciocínio, mas também através da emoção, vontade, intuição, pelo simbólico e pelo afeto. Dessa forma, as dinâmicas são a expressão que reconhecem a importância do lúdico e do prazer como parte do processo educativo justificando o seu frequente uso pela psicologia. (GONÇALVES; PERPÉTUO, 2005). As dinâmicas de grupo possibilitam que todos se conheçam melhor e desenvolvam suas potencialidades, provocando a demonstração do comportamento, dando espaço para que possam trabalhar algumas dificuldades nas relações com “o outro”. Podemos observar as relações interpessoais, angústias, motivação, interesse, reflexões, situações vividas, novos posicionamentos diante de questões que envolvem preconceito, discriminação, falta de respeito aos direitos humanos, e os resultados vistos são de grande valor para nossa ação educativa.

O Programa também se preocupa com um momento voltado para a vivência prática e para isso existe um estágio desenvolvido num período de dois meses em espaços educativo-culturais como museus, organizações sociais, centros culturais e setores de eventos culturais de unidades da Fiocruz ou de outras instituições públicas. Foi estabelecida a parceria com instituições de grande visibilidade cultural e política neste território, como a Biblioteca Parque de Manguinhos, que não apenas proporciona oportunidades para os jovens, como também

reforça as iniciativas culturais locais.

Como um primeiro exercício na organização de uma ação cultural envolvendo atores sociais do Território de Manginhos, criamos o

O Programa Jovens Aprendizes de Produção Cultural em Divulgação Científica apresenta

CONEXÃO CULTURA

“COISAS” QUE VOCÊ PRECISA CONHECER SOBRE CULTURA

MESA REDONDA

COM REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS DA CULTURA POPULAR

29 de novembro a partir das 13h30

Auditório do Museu da Vida
(Av. Brasil 4365 - Manginhos, Rio de Janeiro)

APRESENTAÇÕES DE GRUPOS

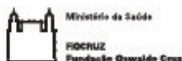
HIP HOP, FUNK, CAPOEIRA, SAMBA

30 de novembro a partir das 11h

Tenda do Museu da Vida
(Av. Brasil 4365 - Manginhos, Rio de Janeiro)

VENHA SE CONECTAR!

Informações pelo email museudavida@fiocruz.br



evento “Conexão Cultura”, resultado das reflexões realizadas sobre cultura geral e no território. Os objetivos definidos contemplam a reflexão crítica sobre a cultura do território de Manguinhos de forma a oportunizar espaço para que os jovens vivenciem e valorizem a cultura local.

Considerações finais

Acreditamos que estamos caminhando para aprimorar nossa ação numa visão crítica e política sobre cultura, ciência, arte e saúde. É importante aprofundar o debate sobre cidadania, direitos e deveres, justiça social, desigualdade, respeito às diferenças. Queremos que os jovens tenham consciência do que acontece no mundo a sua volta e que pensem na possibilidade de buscar alternativas para uma mudança. É fundamental multiplicar as perspectivas de ações educativo-culturais que consigam estabelecer uma relação mais orgânica e produtiva com os jovens deste território. A cultura no seu sentido amplo, e o enfoque particular na sua expressão e no seu fazer, possibilita uma ampla gama de reflexões e experiências que podem trazer contribuições significativas para os diversos contextos, nos quais os jovens se encontram inseridos. Esse processo contribui, ainda, para que estejam cientes de seu potencial criativo e se reconheçam como sujeitos históricos, buscando canais de participação e mobilização por meio dos movimentos sociais e culturais em suas comunidades.

O Plano Nacional de Cultura coloca a integração da cultura com ações de inclusão social, por meio dos Pontos de Cultura, como um de seus principais objetivos. Sendo assim, o Plano Nacional de Cultura visa propiciar o desenvolvimento cultural do País e integrar as ações do poder público para a valorização do patrimônio cultural brasileiro. O Programa de Produção Cultural, recentemente tornou-se um Ponto de Cultura Carioca, integrando-se assim a esta estratégia da política nacional de cultura.

Além disso, vivemos um movimento importante para alinhamento das ações territorializadas da Fiocruz com a integração de várias iniciativas voltadas para a população do seu entorno. O objetivo é a sistematização de ações que funcionem como um observatório das políticas públicas do território. O Programa de Produção Cultural do

Museu da Vida está participando deste movimento buscando articulação com os vários projetos desenvolvidos a fim de integrar esta rede compartilhando informações e atuando de forma mais colaborativa.

Referências bibliográficas

BERNET, Jaume Trilla. *La educación informal*. Barcelona: PPU, 1987. *La Educación fuera da escuela: Ámbitos no formales y educación social*. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

DEWEY, John. *Democracia e Educação. Introdução à filosofia da educação*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 29.ed. Editora Paz e Terra, 1987

GOHN, M. G. M. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: Introdução à Pedagogia do Conflito*. São Paulo: Cortez, 2003.

GONÇALVES, Ana Maria; PERPÉTUO, Susan Chiode. *O porquê das dinâmicas*. In: GONÇALVES, Ana Maria; PERPÉTUO, Susan Chiode. *Dinâmica de grupos na formação dos indivíduos*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.p. 25-36.

LIBÂNEO J.C. *Democratização da escola pública: A pedagogia crítica-social dos conteúdos*, 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

SANTOS, J. L. F. e WESTPHAL, M. F. *Práticas emergentes de um novo paradigma de saúde: o papel da universidade*. Dossiê Saúde Pública. Estudos avançados, vol.13, n.º.35. São Paulo, jan/apr 1999.

SAVIANI, Dermeval, *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BIBLIOTECA PARQUE DE MANGUINHOS. Disponível em <<http://www.cultura.rj.gov.br/espaco/biblioteca-parque-de-manguinhos>>. Acessado em 22/07/2013.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Disponível em <<http://www.observatoriodefavelas.org.br>>. Acessado em 22/07/2013.

Juventude pela saúde: experiência de protagonismo juvenil para a promoção da saúde em espaços escolares no âmbito do Programa Saúde na Escola- PSE/DF

*Fernando Rocha
Izabela Caixeta
Luciana Sepúlveda Köpcke*

Introdução

Em 2010, o Programa de Educação Cultura e Saúde (PECS) da Fiocruz Brasília e atores da atenção básica em saúde da Regional de Sobradinho II, Distrito Federal, iniciaram uma interlocução regular com o propósito de construir uma proposta de formação e de investigação em apoio às estratégias da saúde do jovem e do adolescente naquele território. A partir de um ciclo de reuniões exploratórias entre a equipe do PECS e a equipe da Unidade Básica de Saúde 03 de Sobradinho, foram identificadas demandas de formação para profissionais na área de saúde do adolescente e ações de diagnóstico situacional e sistematização do então processo de implantação do Programa Saúde na Escola naquele território. A referida demanda engendrou a formação de um grupo de trabalho, com reuniões mensais, composto por profissionais de educação e saúde de Sobradinho II, gestores da Diretoria Regional de Saúde de Sobradinho e por gestores distritais envolvidos com a implementação do PSE.

Em 2012, o Projeto “Fortalecimento da Ação Intersetorial em Saúde: Apoio à Implementação do Programa Saúde nas Escolas (PSE) em Sobradinho II” foi contemplado pelo Edital para Seleção de Projetos de Cooperação Social para o Desenvolvimento Territorializado CCSDT/ Fiocruz – 02 / 2011 da Coordenadoria de Cooperação Social da Fundação Oswaldo Cruz. O projeto propunha uma tecnologia social capaz de apoiar a implementação do programa Saúde na Escola em âmbito local e fortalecer a participação da sociedade civil nesse processo, em particular do segmento jovem, enfrentando duas questões identificadas como prioritárias pelos gestores locais do Programa:

1- A dificuldade de realizar a gestão intersetorial do Programa Saúde na Escola (PSE), no território;

2- A pouca participação do jovem nas ações de promoção da saúde e, particularmente, no âmbito do PSE.

O projeto pretendia apoiar a implementação do Programa Saúde na Escola em Sobradinho, contribuindo para a articulação permanente de escolas, centros de saúde e sociedade civil, por meio do fortalecimento de um fórum de planejamento, formação e avaliação das ações realizadas e fortalecer a participação juvenil no programa. Em resposta ao edital, foi proposta uma tecnologia social articulando metodologias de pesquisa participativa, de sensibilização e de educação disponíveis (Diagnóstico Rápido Participativo - DRP, criação de espaços de diálogo, acompanhamento do fórum permanente, estratégias para a sistematização da experiência) com a finalidade de oferecer um processo de interlocução de saberes. Reuniu profissionais de diferentes setores, pesquisadores, especialistas e estudantes em torno da implementação, acompanhamento e renovação do PSE, percebido como um recurso possível a ser apropriado pelos sujeitos para a superação de obstáculos em torno das questões referentes à saúde de crianças, adolescentes e jovens, nos territórios.

Aproveitando a iniciativa das referidas reuniões mensais entre profissionais de educação, saúde e gestores locais, instituiu-se um espaço permanente de reflexão, pactuação de agendas locais e de acompanhamento das ações realizadas, o Grupo de Fortalecimento de Ações Intersetoriais (GFAI) em funcionamento desde então. A proposta emergiu enquanto tecnologia social, definida como um produto concebido coletivamente para enfrentar problemas e planejar ações, e passou a reunir atores envolvidos com o PSE dos níveis local, regional, distrital e federal.

O projeto foi realizado inicialmente, em quatro escolas no Distrito Federal: Centro Educacional 04 de Sobradinho II; Centro Educacional 02 de Sobradinho I; Centro Educacional Fercal e Centro Educacional Professor Carlos Ramos Mota. As escolas localizam-se nas regiões de Sobradinho I, Sobradinho II, Fercal e Lago Oeste. Essa participação aconteceu de diferentes maneiras, dada à rica diversidade própria de cada comunidade escolar e seu território. A escolha das escolas e a

validação do Projeto, submetido ao edital supramencionado, foram realizadas no âmbito do grupo de trabalho iniciado em 2010, e posteriormente, discutidos no Fórum do PSE de Sobradinho, espaço de participação instituído pela coordenação regional do programa, que ocorre mensalmente, reunindo profissionais da saúde e da educação envolvidos com o PSE no território.

Embora o projeto tenha desenvolvido estratégias para atuar em ambas as questões identificadas como prioritárias pelo GFAI, abordaremos neste artigo as atividades com foco na promoção da participação juvenil dentro do Programa Saúde na Escola. Após introdução da problemática, será apresentada a metodologia da proposta e a descrição das atividades realizadas. Posteriormente, serão discutidos os resultados e apresentadas reflexões e aprendizados relativos a esta experiência.

Saúde na escola, desafios de um processo em curso

A educação, e em particular a educação em saúde, não se restringe ao ensino formal oferecido por instituições especializadas nem às práticas desenvolvidas pelos profissionais da saúde. Em cada sociedade e cultura, ao longo do tempo, atores e instituições compartilham e disputam o reconhecimento pela legitimidade tanto nos processos educativos como naqueles de cuidado da saúde. É sempre útil lembrar que nem sempre existiram as escolas como hoje as conhecemos, da mesma forma que as práticas de cuidado da saúde não foram sempre controladas pelo saber biomédico. Os programas e ações, as instituições e as práticas são socialmente construídas e para melhor compreendê-las é preciso relacioná-las ao seu contexto de produção.

No Brasil, a realização de ações de educação em saúde no espaço escolar remonta aos meados do século XIX, segundo o paradigma da higiene escolar, e institucionaliza-se a partir da primeira década do século XX em alguns estados brasileiros, de acordo com o projeto positivista, que considerava a importância da educação para corrigir a ignorância de famílias e comunidades, disseminando de forma hegemônica a racionalidade e os conhecimentos produzidos pela ciência em detrimento do saber tradicional (Schall, Mohr, 1992). Desde então, a escola é percebida como verdadeiro “agente terapêutico” com responsabilidades de sanar, por meio da educação do futuro cidadão,

e indiretamente de suas famílias, problemas sociais das mais diversas ordens. (Lima, 1985).

A frequência, autoria, metodologia, temática e abordagem político-pedagógica das práticas de educação em saúde na escola irão variar ao longo das décadas, atingindo maior reconhecimento nas políticas oficiais entre os anos 50 e 60, com a pedagogia da saúde de cunho modernizador (Canesqui, 1984 in Schall e Mohr, 1992). As intervenções, até então, se caracterizavam por uma abordagem normativa, expositiva, com foco exclusivo na explicação biológica das doenças, em relação com políticas de saúde centralizadas.

Dentre os maiores desafios da educação em saúde na escola, persiste o despreparo do professor para organizar atividades de ensino a partir de uma realidade concreta, a utilização de livros didáticos como único recurso, as condições físicas da escola, o regime de trabalho docente, o distanciamento entre os conteúdos e teorias e as necessidades e interesses dos alunos e da realidade local, a metodologia expositiva das aulas com foco prescritivo, o desconhecimento das peculiaridades culturais e ambientais das diferentes comunidades escolares e do conhecimento popular, além da dificuldade de envolver os alunos e a comunidade realmente, com propostas de fato participativas na elaboração e realização dos processos educativos (Schall, Mohr, *ibid.*). Ademais, as ações realizadas são esporádicas, descontinuadas e ocorrem de forma isolada, sem a articulação entre professores, profissionais da saúde e pais (Costa, Silva, Diniz, 2008).

Ainda durante a ditadura militar no Brasil, nas décadas de 60 e 70, a contribuição de Paulo Freire com os fundamentos de uma educação popular arraigada na realidade do educando, com foco para a reflexão e participação política do cidadão, constituiu um legado para ambos os campos, da saúde e da educação. Especificamente, no campo da Saúde, o movimento sanitário brasileiro participou ativamente da reconstrução da democracia no país, defendendo a saúde enquanto direito e discutindo as abordagens internacionais acerca da Promoção da Saúde (1986, 2009) e de seus determinantes e condicionantes.

Após promulgação da Constituição Federal de 1988, um longo processo de reorganização das políticas sociais abriu espaço para projetos de descentralização, participação e articulação na implementação de

novos arranjos de gestão e realização propondo integrar movimentos sociais, agentes federais, estaduais e municipais.

Ao longo da década de 90, avançam as aproximações transversais às demandas sociais. Na escola, os novos Parâmetros Curriculares trazem a saúde como um tema transversal. Paulatinamente, intensificam-se investimentos na articulação de ações, no sentido de aperfeiçoar recursos e alcançar melhores resultados diante das demandas de universalização, descentralização e integralidade de ambos os sistemas da saúde e da educação.

Nos últimos onze anos, diversas experiências foram implementadas sob o paradigma da intersectorialidade e da descentralização das políticas, dentre as quais o Programa Saúde na Escola, dos Ministérios da Educação e da Saúde, formalizado em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286. O PSE buscava articular de forma permanente e dinâmica as equipes de saúde da família e as comunidades escolares, com a participação da sociedade civil, visando contribuir para a formação integral de estudantes de ensino básico público, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção. Com ele se pretende alcançar melhores resultados em saúde e no desempenho escolar, bem como a formação de indivíduos saudáveis para o usufruto dos direitos e oportunidades oferecidas (Brasil, 2008).

Este programa coabitou com iniciativas anteriores de desenho similar, como “Saúde e Prevenção nas Escolas” (Diretrizes para Implementação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, Série Manuais nº 77, Brasília, 2008), e uma grande variedade de programas estaduais e municipais, além da proposta das Escolas Promotoras de Saúde da OMS/OPAS (1996), dentre outras experiências. O Programa se operacionaliza, em nível local, através do diagnóstico, planejamento e execução de ações de avaliação das condições da saúde, encaminhamento para os serviços de saúde e atividades educativas de promoção e prevenção dentro e fora da escola.

A articulação intersectorial entre os atores da “ponta” é um desafio para a implementação das políticas públicas que envolvem diferentes sistemas públicos e entes não públicos. Da mesma forma, permanece o desafio proposto pelo paradigma da promoção da saúde e da educação libertadora, do envolvimento e participação dos sujeitos da ação

educativa e promocional. Ao considerarmos como públicos da ação do Programa Saúde na Escola toda a comunidade escolar, percebe-se a dissimetria de poder que estrutura as relações neste espaço. Professores, profissionais da saúde, gestores de ambos os campos, famílias e educandos não participam de forma similar da construção do PSE.

Ambas as diretrizes políticas para a saúde do adolescente e a ideia da Promoção da Saúde preconizam uma abordagem que valoriza a autonomia do sujeito para enfrentar os desafios e buscar melhores condições de vida e de cuidado com sua saúde, integrando as dimensões psíquica, física e social. Privilegiam as atividades e ações educativas que visem a participação efetiva do adolescente como protagonista de sua saúde (Brasil, 1999, 2005, 2006, 2010). Todavia, a participação juvenil no espaço escolar, em particular, encontra resistências estruturais. Para uma efetiva implementação do PSE, assumimos como pressuposto o necessário investimento na mobilização desses atores de ponta para o diálogo e superação da visão setorial da saúde, criando condições para um encontro inicial e pactuação de agendas conforme prioridades locais. Qual o papel dos educandos neste processo? Como mobilizar os jovens para atuarem na promoção da saúde individual e coletiva?

Relato

A aplicação de um Diagnóstico Rápido Participativo – DRP por estudantes em suas comunidades escolares foi o caminho escolhido para tentar integrar o corpo estudantil num processo de construção e reconstrução de saberes acerca de seus territórios, problematizando a realidade que os cercam a partir da perspectiva da saúde coletiva e de suas dimensões buscando envolvê-los na construção de agendas para a saúde em suas escolas. Também foi uma oportunidade para que estudantes do Ensino Médio adentrassem no universo da pesquisa, onde trabalhar com a ideia de pesquisa participativa se constituiu em um desafio que proporcionou importantes reflexões acerca dos processos de construção do conhecimento.

O DRP é uma alternativa de metodologia participativa, que contribui para o conhecimento e a análise da realidade local de acordo com a percepção de seus habitantes e corresponde a um levantamento

em um momento de reflexão e exame de questões de diversas ordens. É considerado o ponto inicial para que as comunidades comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento de ações.

Segundo Chambers (1994) a pesquisa participativa deve passar por três etapas: Diálogo, Reflexão e Planejamento, formando as iniciais DRP, que passou a ser utilizada de diversas formas conforme as realidades que se pretende diagnosticar. Diagnóstico Rural Participativo e Diagnóstico Rápido Participativo são os mais conhecidos. Dessa forma, entende-se o DRP como uma família crescente de enfoques e métodos destinados a permitir que a população local compartilhe, reflita, aumente e analise seus conhecimentos sobre a realidade, com o objetivo de planejar ações em consonância com o contexto, atuando nesta realidade (CHAMBERS, 1994).

Ao longo do processo de elaboração e execução das ações voltadas para o fortalecimento do PSE com a participação dos estudantes, foram muitas as reflexões acerca da situação do programa nessas comunidades nos anos de 2012 e 2013, uma delas aponta a necessidade de aproximar o PSE de realidades locais para a construção dos temas a serem trabalhados com a comunidade escolar. Foi possível compreender a importância da prática intersetorial e seus desafios, enquanto um fazer em desenvolvimento, e também da necessária e indispensável participação dos jovens nos processos de gestão das escolas, problematizando a estrutura educacional e seus desdobramentos dialéticos nas relações estabelecidas entre os grupos que compõem a comunidade escolar e com a saúde e demais setores.

A escolha das escolas para participarem do projeto se deu no espaço do Fórum Mensal do PSE em Sobradinho, onde se buscou escolas que pudessem representar a diversidade da Região de Sobradinho, que reúne realidades urbanas e rurais. Após as discussões, foram escolhidas uma escola situada no Centro da cidade, o CED 02 de Sobradinho, uma escola da recém-criada Sobradinho II, que é o CED 04 e duas escolas situadas em áreas rurais, o CED Professor Carlos Ramos Mota e o CED FERCAL, afastados da região metropolitana.

Também foram pactuados os critérios para a seleção dos nove jovens dinamizadores para participarem do curso de formação e realizarem o DRP. Decidiu-se por: estudantes regularmente matriculados na rede

pública de ensino médio (Primeiro Ano e Segundo Ano do Ensino Médio) da região, com perfil de liderança, articulação dentro da comunidade escolar, motivação para execução das ações e interesse pelas questões de saúde e cultura, facilidade de comunicação e conhecimento acerca das mídias sócias como ferramentas para a promoção do protagonismo juvenil.

Foi formado um Comitê responsável pelo processo de seleção desses jovens. Este Comitê foi construído com representantes de diferentes setores: profissionais da Fiocruz pelo PECS, Secretaria Acadêmica da Fiocruz, representantes das Regionais de Ensino e de Saúde de Sobradinho que se relacionam com o PSE e representantes da Coordenação Regional do PSE no território, na perspectiva de inserir esses atores nos processos do Projeto.

Na composição do Comitê avaliou-se a participação ou não de profissionais das escolas envolvidas no processo de seleção dos estudantes. Foi consenso dentro do grupo intersetorial que a presença dos profissionais da escola poderia inibir a participação de estudantes que muitas vezes se entendem ou são entendidos como “lideranças negativas”. O Comitê decidiu que não orientaria a seleção pela indicação de professores ou profissionais da escola, mas sim pelo interesse de qualquer estudante em participar do Projeto após divulgação aberta a todo corpo discente.

O edital foi divulgado nas quatro escolas pelos dinamizadores da Fiocruz, e também através das mídias sociais da Instituição, por meio da parceria com a Assessoria de Comunicação da Fiocruz - ASCOM, que veio a colaborar posteriormente no Curso de Formação. O edital também versava sobre a disponibilidade de 20 horas que estes jovens deveriam ter para atuarem no projeto, trazendo as atribuições e responsabilidades dos bolsistas. Dentre as atividades referentes ao papel do estudante mobilizador estavam:

- Mapeamento dos atores que realizam ações relacionadas à qualidade de vida dos jovens na região (*quem são, o que fazem, se e como interagem entre si, como podem contribuir para o PSE*);
- Levantamento de questões pertinentes à saúde da “Comunidade Saúde na Escola” (instituições escolares, profissionais de educação e saúde, familiares, educandos, e parcerias), revelando as prioridades

locais.

- Também como atribuição, os bolsistas deveriam participar das reuniões periódicas do Fórum Permanente do PSE em Sobradinho, por meio do grupo de acompanhamento do Projeto Fiocruz-PSE, visando o fortalecimento da implementação do PSE em seu território (as Regiões Administrativas de Sobradinho, Sobradinho II e Fercal).

- Apoio ao monitoramento das ações de saúde e educação dos Fóruns do PSE na escola.

- Identificação das ações do campo da saúde na escola;

- Apoio à divulgação e participação no planejamento em oficinas, reuniões, seminários e eventos sobre as ações do Programa Saúde na Escola;

- Apoio na elaboração de relatórios dos resultados alcançados.

- Criação e alimentação de mídia social para integração do PSE nas escolas;

- Registros das experiências vivenciadas e atividades desenvolvidas (caderno de campo, material audiovisual, etc).

Também constava no edital, a respeito das etapas de seleção, os critérios da mesma, os dados para contato e solução de dúvidas e as datas de cada atividade. Como recurso de incentivo a participação dos jovens, cada estudante selecionado recebeu ao longo do Projeto uma bolsa de estudos mensal no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). Este processo de seleção teve início ao final de setembro de 2012 e encerrou em outubro de 2012. As nove vagas foram distribuídas entre as quatro escolas, duas por cada comunidade escolar com exceção do CED Carlos Motta, onde foram destinadas três vagas, considerando o fato de ser a escola com o maior número de alunos.

As etapas do processo seletivo foram: preenchimento de uma Ficha Cadastro e posteriormente entrevistas. Nesta ficha cadastro foram levantadas as percepções que o jovem participante tinha sobre saúde, educação, território. Também levantava as atividades que o jovem se encontrava envolvido dentro e fora da escola e se conhecia o PSE. Na entrevista essas informações foram verificadas e aprofundadas, assim como foram avaliados a motivação, interesse, perfil de liderança e disponibilidade do jovem estudante.

Paralelo à seleção dos jovens, o GFAI estruturou o curso de formação,

na modalidade de capacitação, de forma colaborativa e intersetorial, trazendo para o processo diversos parceiros que atuam em setores que dialogam com a saúde coletiva. A definição dos eixos temáticos foi baseada em uma proposta de formação que pudesse contribuir para o empoderamento dos jovens no que se refere às questões da saúde em seu território, sobretudo no ambiente escolar.

Considerou-se a importância de se trazer reflexões voltadas para o conceito ampliado de saúde, bem como os determinantes sociais da saúde, a partir também do olhar dos profissionais do território. Ao longo de sete módulos de caráter provocativo e formativo, foram discutidos temas relevantes para a realização do DRP na perspectiva da construção coletiva do conhecimento e do papel dos movimentos sociais na conquista do direito a saúde. O capacitação ficou intitulada como “Curso de Capacitação para o Fortalecimento da Participação Juvenil no Programa Saúde na Escola”, composta de 180 horas de formação sobre saúde, educação, promoção da saúde, participação juvenil e democracia, comunicação e mobilização social, pesquisas participativas e as possíveis ferramentas de diálogo

Os módulos do curso ficaram definidos da seguinte forma: Módulo I – Saúde e Educação; Módulo II – Programa Saúde na Escola; Módulo III – Protagonismo Juvenil, Democracia e Participação; Módulo IV - Comunicação e Mobilização Social; Módulo V – Pesquisa Participativa e DRP; Módulo VI – Realização do DRP e o Módulo VII – Análise dos resultados e Avaliação do processo

O curso teve início em novembro de 2012 e encerrou em dezembro de 2013. A maioria dos encontros ocorreu no espaço da Fiocruz, com exceção das visitas e módulos desenvolvidos nas comunidades escolares. Como estratégia para garantir a participação, e incentivá-la dentro do Projeto, além da bolsa mensal, disponibilizou-se transporte da Fiocruz para auxiliar no deslocamento dos jovens de suas comunidades para o espaço da instituição. O transporte encontrava-se, nos dias de curso, em local central da região de Sobradinho (rodoviária) e fazia o trajeto de ida e retorno das atividades como meio de driblar as dificuldades de mobilização urbana as quais os jovens moradores de periferias estão submetidos.

Foi entregue aos estudantes um Dossiê Temático com bibliografia

de textos e artigos referentes à saúde, educação, juventude. Também foi proposta uma atividade de registro diário dos encontros e experiências, para o desenvolvimento de um portfólio de suas atividades. Este portfólio serviria como um diário de campo, na perspectiva de trazer também um espaço de percepções subjetivas e reflexivas sobre o processo.

No módulo sobre Pesquisa Participativa e DRP foram apresentadas aos jovens algumas ferramentas de diálogo¹ a fim de se escolher a que melhor atendesse aos interesses da pesquisa em questão. Um ponto levantado pelos estudantes foi a necessidade de discutir o próprio conceito de saúde junto a suas comunidades escolares, para tal discussão foi escolhida a ferramenta “Oficina de Imagens”, e para entender sobre como a saúde coletiva tem acontecido em seus territórios, problematizando-os, foi escolhida a ferramenta “Mapa Falado”.

A “Oficina de Imagens” é uma metodologia que utiliza de imagens como disparadoras de discussões acerca de determinado assunto, onde as pessoas expressam seus conhecimentos a partir da relação que estabelecem entre o que sabem e o que as imagens representam. Esta oficina foi realizada durante o curso de formação para se discutir a relação entre educação e saúde com os estudantes e eles decidiram replicá-la para o contexto do DRP. Nesse caso, foram utilizadas fotografias do território de cada comunidade escolar tiradas pelos estudantes, como imagens disparadoras. Essa estratégia revelou potencialidades a serem exploradas por diagnósticos participativos na medida em que o uso de imagens de seu próprio território possibilitou a reflexão dos conceitos discutidos com a realidade de cada comunidade, favorecendo uma reflexão problematizadora.

Já o “Mapa Falado” é uma atividade de simples realização, que permite reconstruir determinados espaços a partir das falas das pessoas que vivem nesses espaços. Esta ferramenta privilegia o processo e não os resultados, ou seja, os saberes desvelados no processo de reconstrução de seu território e não a confecção de um mapa em si. O principal objetivo é discutir cada componente de uma realidade.

Feitas as escolhas, foi pactuado que os Diagnósticos (DRP)

1. Livro utilizado: **FARIA**, Andrea Alice da Cunha; **FERREIRA NETO**, Paulo Sérgio. *Ferramentas de Diálogo : Qualificando o uso das técnicas de DRP- Diagnóstico Rural Participativo*. Brasília: MMA; IEB, 2006.

aconteceriam em dois momentos: o primeiro com a atividade “Oficina de Imagens”, a fim de discutir o conceito ampliado de saúde com o grupo, e o segundo na realização do “Mapa falado”, como meio para realizar um mapeamento e uma reflexão acerca dos espaços de saúde no território, compreendendo como este território é percebido pela comunidade escolar.

Cada comunidade escolar foi representada no Diagnóstico Rápido Participativo por um grupo composto por estudantes, gestor da escola, equipe de limpeza e conservação e também um representante da saúde. Os dinamizadores foram os articuladores das atividades junto a toda a comunidade escolar, preparando os espaços e convidando os participantes. Ao final, os grupos reuniram em média quinze integrantes em cada oficina, com duração média de duas horas a cada encontro, somando oito atividades ao total.

O Fórum *Ciência e Sociedade: Juventude pela Saúde/PSE Sobradinho I, II, Fercal e Lago Oeste*, realizado ao final do projeto, teve por objetivo reunir os diferentes segmentos das quatro comunidades escolares participantes do projeto. A proposta era compartilhar a experiência entre profissionais da saúde e da educação que atuam em cada um dos territórios, pesquisadores, especialistas e educandos em um espaço dinâmico, horizontal, participativo e propositivo, onde puderam discutir questões referentes à saúde no universo escolar e na comunidade. Resultante das etapas de formação e realização do DRP, o Fórum buscou compartilhar, ao longo de dois dias, os resultados da aplicação e sistematização do diagnóstico feito pelos estudantes junto a suas comunidades escolares, participantes do processo.

Os temas identificados e discutidos como os mais relevantes dentro das diferentes comunidades, foram debatidos em rodas dialogadas, compostas pelos estudantes dinamizadores e profissionais de diferentes áreas convidados para maior aprofundamento e compartilhamento das informações, inclusive os gestores e profissionais diretamente engajados no Programa Saúde na Escola, com vistas à inserção dessas temáticas nas ações do PSE local.

Resultados e Discussão

Por meio dos registros dos encontros com os estudantes no processo de formação, bem como o acompanhamento e apoio na aplicação do

DRP nas comunidades escolares, buscou-se compreender o processo de desenvolvimento interativo dos atores envolvidos no processo. A escola é compreendida como espaço privilegiado para ações de promoção da saúde, bem como atenção e prevenção, por se tratar de um espaço de diversidade e construção do conhecimento.

As experiências de prevenção, muitas vezes trabalhadas dentro das ações do PSE pelos profissionais da saúde, mostram uma prática por vezes pontual e descontínua (ARATANGY, 1998), o que dificulta o processo colaborativo com a educação e a formação de ações intersetoriais e de responsabilidade compartilhada. Percebe-se que a inserção dos jovens nos espaços de planejamento ainda encontra-se incipiente, dada à falta de espaços de diálogo identificados pelos estudantes dinamizadores e profissionais da educação das escolas envolvidas que acompanharam o projeto.

Definida por Inojosa (apud CKAGNAZAROFF; MELO, 2005), a intersetorialidade compreende a *“articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e avaliação de políticas, programas e projetos com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas”*. Assim, as práticas intersetoriais devem orientar-se com base nas especificidades de cada local, respeitando suas vulnerabilidades e potencialidades. É nesse sentido que a articulação dos atores envolvidos no processo de fortalecimento do PSE, tornou-se elemento desafiador para uma prática histórica de movimento hermético e setorializado, como ainda são tanto a saúde como a educação.

A participação das profissionais da Regional de Ensino de Sobradinho, as orientadoras pedagógicas das escolas, bem como de professores, contribuiu para a experiência participativa de reflexão da comunidade escolar junto aos estudantes. No entanto, a ausência dos profissionais de saúde no momento do diagnóstico, por questões de ajuste da disponibilidade horária, dificultou a integração das agendas de saúde nas escolas e ressaltou a dificuldade do fazer intersetorial ainda presente nas práticas de políticas públicas.

Podemos apontar três aspectos correlacionados na experiência de participação dos jovens no PSE nas Regiões de Sobradinho I, II, Fercal e Lago Oeste, e que colaboraram para os resultados do processo, quais sejam: a realização do DRP enquanto processo de partilha com a

comunidade escolar e levantamento de questões prioritárias; a criação de uma mídia social como estratégia para dinamização juvenil para as questões de saúde e de educação em seu território; e a realização de um Fórum para compartilhar os resultados da pesquisa com as comunidades escolares.

A mídia social criada pelos estudantes² buscou dialogar com as prioridades por eles identificadas em suas realidades locais. No processo de elaboração desta mídia, estes jovens receberam capacitação da Equipe e apoio na execução de suas ações (tais como realização de rodas de conversa, reuniões, oficinas temáticas) enquanto estratégias de mobilização. Esse processo auxiliou os dinamizadores na sensibilização e convite à comunidade escolar e demais parceiros para a participação no Fórum final, também fomentando reflexões relacionadas à cultura jovem, saúde e educação nos espaços virtuais.

Os jovens estudantes receberam apoio na execução do DRP e no processo de análise, sistematização e reflexão sobre o registro feito pelos mesmos durante a aplicação. Entende-se que, de acordo com as experiências vivenciadas, o levantamento dos recursos humanos da região e a organização dessas informações, tornou-se possível obter material que servirá de subsídio para as comunidades locais, com vistas ao fortalecimento do PSE.

A sistematização de experiências, segundo Meirelles (2012), se constitui “*como processo de reflexão e construção de conhecimento sobre (e a partir de) a prática social[...]*”. Deste modo, a partir das experiências com os atores locais, estes se tornam sujeitos ativos de interpretação e elementos fundamentais nos processos de sistematização com vistas à apreensão da dinâmica de sua prática.

O DRP é um método de diagnosticar, identificar necessidades, interesses, atores e objetivos de uma realidade, de caráter essencialmente qualitativo para atender a necessidade de retorno das informações, tornando-as oportunas, fundamentado na crítica coletiva e na mudança cultural no intuito de atingir a mobilização dos agentes para a gestão compartilhada de questões locais. Inspiraram a construção dessa proposta os trabalhos do projeto Desenvolvimento Integrado e

2. Para acessar a página Juventude pela Saúde, segue link disponível em: <<https://ptbr.facebook.com/JuventudePelaSaude>>, acesso em setembro de 2014.

Sustentável em Manguinhos (DLIS), a partir dos relatos de Bodstein et al.(2009,2004)³ bem com em experiências de aplicação da metodologia na organização de assentamentos rurais (PEREIRA, LITTLE, 2000)⁴.

O DRP considera os sujeitos como capazes de, criticamente, desenvolverem suas próprias atividades e seus métodos de trabalho, bem como encontrarem caminhos para a melhoria das ações locais, dentro da perspectiva educativa de Paulo Freire (2002)⁵. As metodologias de diagnóstico e mapeamento participativo tornaram-se “disparadores” para a busca de estratégias locais para os enfrentamentos dos desafios e aproveitamento das oportunidades nos territórios. Nesse caso, foi uma estratégia para que a comunidade escolar e equipe de saúde identifique uma rede de possíveis parceiros locais na execução do PSE.

As macro-temáticas apresentadas no Fórum “Juventude pela Saúde” foram elaboradas a partir das reflexões propostas no DRP realizado pelos estudantes. Todos os temas abordados foram relacionados à saúde e seu conceito ampliado, assim como às demandas do território de cada comunidade escolar. As temáticas discutidas foram: *Violência e Vulnerabilidade Social* (apresentada pelas estudantes do CED 04); *Comunidade Escolar e Qualidade de Vida* (estudantes do CED Carlos Motta); *PSE e Alimentação Saudável – Perspectivas e Desafios*; (estudantes do CED Fercal) *Saúde, Cidadania e Juventude* (estudantes do CED 02).

Foram discutidas questões referentes à mobilidade urbana nos territórios, a falta de espaços de sociabilidade e lazer para os jovens e a discussão acerca dos direitos sociais fundamentais. Também foram debatidas as situações de conflito e violência existentes nos territórios, a saúde mental dos atores da comunidade escolar, estudantes e profissionais, a situação das merendas escolares e as estratégias de

3. **BODSTEIN**, Regina et al. *Avaliação da implantação do programa de desenvolvimento integrado em Manguinhos: impasses na formulação de uma agenda local*. Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro: set, 2004, vol.9, n.3, p.593-604. / **MAGALHÃES**, Rosana; **BODSTEIN**, Regina. *Avaliação de iniciativas e programas intersetoriais em saúde: desafios e aprendizados*. Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro, jun, 2009, vol.14, n.3,p.861-868.

4. **PEREIRA**, José Roberto; **LITTLE**, Paul Elliott. *DRPE – Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador: a base para o Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos da Reforma Agrária*. Brasília: CREA, 2000.

5. **FREIRE**, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

alimentação saudável nos espaços escolares.

Ao final do processo, estudantes e profissionais uniram-se para a elaboração de cartas propositivas com estratégias de mobilização da comunidade escolar junto aos equipamentos de saúde disponíveis e demais parceiros, para a incorporação das reflexões nas agendas de ações da saúde e da educação no PSE local.

A partir desse processo de fortalecimento de espaços de diálogo e partilha de desafios e potencialidades existentes no território, percebeu-se a importância de criar memórias críticas das experiências locais e, principalmente, do papel dos estudantes nas etapas de planejamento, execução e avaliação das ações corresponsabilizadas entre saúde e educação e demais parceiros para a implementação do Programa Saúde na Escola. Todavia, a atuação dos dinamizadores dentro da escola ainda ficou restrita. Embora o projeto pudesse contar com o apoio de um grupo permanente e engajado de profissionais dentro da escola, alguns professores e gestores não acompanharam o processo e verificou-se certa desconfiança por parte dos adultos. A equipe da Fiocruz precisou discutir com gestores, garantindo que todas as atividades planejadas seriam previamente apresentadas à direção de cada uma das escolas. A dificuldade de envolver um maior número de adultos no processo levantou a necessidade de investir em espaços de escuta e participação para melhorar a qualidade de vida do cuidador e do educador.

Discutir participação e democracia articulada às questões de saúde foi um ganho significativo no que se refere ao empoderamento dos jovens sobre a importância de seu protagonismo na defesa da saúde pública, mas a continuidade desta ação precisa a ser alicerçada em estratégias de mudança, a longo prazo, das relações de poder dentro da escola. Partilhar o poder de atuar e propor, de aprender e ensinar. Os jovens, durante o processo, ressaltando a participação da sociedade civil na construção do Sistema Único de Saúde, utilizaram a frase: “*A democracia não é para maioria, mas sim pra quem se organiza*”, como forma de salientar a importância da organização como meio de exercício de poder político. Mas esta experiência não foi evidente.

Considerações Finais

A prática intersetorial configura-se como determinante para a eficácia das diversas políticas sociais, e particularmente para a saúde pautada

nos princípios do SUS. Concebendo a saúde em sentido amplo, faz-se necessário que práticas de prevenção e promoção da saúde estejam presentes nas comunidades escolares, com vistas ao envolvimento da juventude e a disseminação de conhecimentos sobre saúde e suas determinantes.

Entende-se que é de importância fundamental a apropriação do DRP pelas comunidades escolares, assim como a consolidação de um grupo de estudantes preocupado com a questão da saúde de uma forma territorializada. A sistematização colaborou para a reflexão sobre os espaços de participação da juventude na escola e sobre o potencial da Estratégia de Dinamização Jovem como possibilidade de criar novas dinâmicas e processos de participação dentro do espaço escolar e junto aos parceiros externos do PSE. A inclusão de propostas para a ação em resposta às questões trazidas pelos DRP nos Projetos Político Pedagógicos das escolas constituirão indicadores da efetividade da estratégia.

A necessidade de formação ainda é enorme quando se trata de promover a participação dos jovens no PSE. Embora o processo de formação previsto no Projeto incluísse a participação dos profissionais da educação e da saúde, além dos jovens, houve baixa adesão aos encontros voltados para a formação. Aponta-se a necessidade de elaboração de estratégias mobilizadoras que garantam a participação destes atores sob a ótica da promoção da saúde e da integralidade da educação. A reclamação de falta de horário por parte dos profissionais da Saúde era corrente, principalmente por conta das demandas próprias do cotidiano profissional, que limita sua atuação, restringida ao campo da recuperação da saúde, nunca da promoção.

Outra importante reflexão foi em relação à necessidade de promover uma cultura de participação entre educandos e educadores, familiares e membros externos nas escolas, pois estas se encontram fechadas e muito hierarquizadas, sem nenhum estímulo institucional para a organização estudantil. O que facilitou o processo foi a abertura de alguns profissionais que historicamente atuam de forma diferenciada nas escolas, mas que acabam sozinhos nas ações. Em apenas uma escola havia um grêmio estudantil e em outra a formação do grêmio estava proibida.

Na realização do DRP houve sinais de como estudantes e coordenações escolares podem atuar na construção de uma escola mais dialógica e atraente, como aconteceu no caso do “Mapa Falado” onde se discutiu sobre disparidades em algumas ações que acontecem nas escolas, que ficariam melhores se os estudantes participassem da elaboração. Ou seja, fica patente a necessidade construção de espaços de comunicação que tenham como foco a participação e a escuta de todos os atores destas comunidades. A participação e o protagonismo são relacionais e não ocorrem a despeito do “outro”. O jovem participa na medida em que estabelece relações com os adultos - profissionais da educação e da saúde.

É interessante perceber que a construção de estratégias participativas para a promoção da saúde no espaço escolar pode deflagrar um processo mais amplo dentro da escola, lembrando, a exemplo do Movimento da Reforma Sanitária, a relação entre democracia e saúde em suas raízes. A participação dos usuários do sistema de saúde nos processos decisórios resulta na ampliação e qualidade dos serviços prestados à população, entendendo que o direito à saúde, de caráter universal, como integrante dos direitos humanos, é condição essencial para a consolidação da democracia (Côrtes, 2009).

Referências bibliográficas

ARATANGY, L. R. *O desafio da prevenção*. In: AQUINO, J. G. (Org.). *Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

BODSTEIN, Regina et al. *Avaliação da implantação do programa de desenvolvimento integrado em Manguinhos: impasses na formulação de uma agenda local*. Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro: set, 2004, vol.9, n.3, p.593-604.

CANESQUI, A.M. *Trajetória da Educação popular nas instituições estaduais de saúde*. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Perspectivas e Dilemas da Educação Popular*. p. 315-324. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

CKAGNAZAROFF, Ivan B.; MELO, Joyce de Souza C. *Implementação de programa intersetorial de políticas públicas – o caso BH Cidadania*. FEA/USP, 2005. Disponível em: <www.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/

trabalhosPDF/328.pdf>. Acesso em 20/09/2014.

CÔRTEZ, Soraya Vargas (Org.). *Participação e Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

COSTA, F. S.; SILVA, J. L. L.; DINIZ, M. I. G. *A importância da interface educação/saúde no ambiente escolar como prática de promoção da saúde*, in: *Informe-se em promoção da saúde*, v.4, n.2., p. 30-33, 2008.

FARIA, Andrea Alice da Cunha; FERREIRA NETO, Paulo Sérgio. *Ferramentas de Diálogo : Qualificando o uso das técnicas de DRP- Diagnóstico Rural Participativo*. Brasília: MMA; IEB, 2006.

FERNANDES NETO, José Antônio Silvestre. *Modelo Urubici de Governança da Água e do Território: uma tecnologia social a serviço do desenvolvimento sustentável local*. Tese (Doutorado em Engenharia ambiental). Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

LIMA, G.Z. *Saúde Escolar e Educação*. São Paulo: Cortez, 1985.

MAGALHÃES, Rosana; BODSTEIN, Regina. *Avaliação de iniciativas e programas intersetoriais em saúde: desafios e aprendizados*. Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro, jun, 2009, vol.14, n.3,p.861-868.

PEREIRA, José Roberto; LITTLE, Paul Elliott. *DRPE – Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador: a base para o Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos da Reforma Agrária*. Brasília: CREA, 2000.

SCHALL, V.; MOHR, A. *Rumos da Educação em Saúde no Brasil e sua relação com a educação ambiental*, in *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol.8, n.2, p.199-203, abr-jun, 1992.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Health Promoting Schools. Regional Guidelines development of health-promoting schools: a framework for action*. Manila: WHO, 1996.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Milestones in Health Promotion, Statements in Global conferences*. Geneva: WHO, 2009.

Tecnologia social e políticas públicas para a juventude negra em contexto de violência

*Fernanda Mendes Lages Ribeiro
Mayalu Matos
Rosane Souza*

Introdução

O Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES), que integra a Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz (ENSP), é um centro de pesquisa, ensino e assessoria, cujo objetivo é investigar o impacto da violência sobre a saúde da população brasileira e latino-americana. Entre os temas de trabalho vem sendo incorporada, mais recentemente, a discussão a respeito da violência contra a juventude negra, cujos índices nacionais de homicídios são alarmantes.

O trabalho aqui apresentado resulta de anos de realização de projetos de desenvolvimento e de parcerias visando o fortalecimento do protagonismo de populações em situação de vulnerabilidade social, a partir da perspectiva da Cooperação Social¹, inicialmente no Complexo de Manguinhos – RJ e, posteriormente, em outros territórios brasileiros.

Em 2012, o grupo de trabalho hoje alocado no CLAVES/Fiocruz, firma um Termo de Cooperação com a Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República – SNJ/SG/PR, para desenvolvimento do Projeto Articulação Nacional Juventude Viva (ANJV), cujo objetivo é colaborar com a capilarização e a territorialização do Plano Juventude Viva (PJV).

Este Plano é fruto de um trabalho de articulação interministerial, com protagonismo da SNJ/SG/PR e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e reúne esforços para enfrentar a violência contra a juventude negra brasileira. O PJV congrega uma

1. A Cooperação Social da Ensp, inicialmente constituída como Projetos Sociais, foi uma assessoria vinculada à direção da Escola, que atuou como interlocutora entre esta e os movimentos sociais de Manguinhos, entre 2005 e 2013.

série de políticas públicas, provenientes de diversos Ministérios e Secretarias, visando reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídios; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema.

A singularidade da contribuição do CLAVES no PJV, via ANJV, reside no desenvolvimento da Metodologia Governança do Território. Esta Tecnologia Social se materializa na articulação de novos arranjos institucionais para a garantia de ações e projetos coletivos. Sua base é a participação social qualificada dos atores sociais e o agir intersetorial para a gestão participativa de políticas públicas. A garantia desses princípios favorece a gestão local e gera benefícios no processo de implementação e articulação de políticas. A metodologia de articulação, denominada governança do território, busca a sensibilização de atores sociais (governamentais e sociedade civil) localmente, preferencialmente nos municípios, para que possam contribuir com o desenvolvimento de redes que fortaleçam a divulgação, articulação e implementação do PJV.

Para tanto, foram selecionados articuladores territoriais, tidos como apoiadores institucionais, em sua maioria jovens negros, com expertise em articulação de políticas públicas e trajetórias sociais em movimentos de base. Eles são, na prática, os implementadores da metodologia em seus territórios de atuação.

Através dessa parceria, visamos também fortalecer as ações intersetoriais no governo para o enfrentamento da violência contra a juventude negra, cuja morbimortalidade - doenças e mortes em uma dada população - impacta diretamente na saúde pública, reduzindo, sobremaneira, a expectativa de vida da população negra, masculina e jovem brasileira.

Nacionalmente, há uma tendência de queda no número absoluto de homicídios na população branca e um aumento das mortes na população negra, de forma ainda mais pronunciada na população jovem. Em 2011 morreram, proporcionalmente, 153,4% mais pessoas negras do que brancas (Waiselfisz, 2013).

O desenvolvimento do trabalho de Governança no Território tem início em 2006 quando um grupo de trabalho começa a atuar, na perspectiva da cooperação social, em Manguinhos, região vulnerabilizada da zona norte do Rio de Janeiro. O trabalho tinha como linha de ação principal potencializar processos de participação social neste espaço, visando capilarizar o tecido social local, através da mobilização da população para o controle social de políticas públicas.

A partir do segundo semestre de 2013, o grupo de trabalho se integra ao CLAVES, dando continuidade à atuação no mesmo campo, através da ANJV. Abaixo um breve histórico sobre o desenvolvimento do trabalho, no que tangue às questões juvenis, raciais e de gestão participativa em políticas públicas:

Ações voltadas para os jovens (2005 a 2012):

- Apoio em projetos, tais como, Educação de Jovens e Adultos; Espaços de interação da Juventude; Formação em acesso à justiça e cultura de direitos; Oficinas de Cidadania e Prevenção às DST/Aids, voltadas para o público LGBT;

- Realização de projetos, tais como, Formação para articulação e promoção de direitos na região; Oficinas de criação audiovisual em tempo real; Formação de lideranças.

Ações com o recorte em gestão participativa de políticas públicas (2008 a 2012):

- Apoio ao processo de gestão social junto aos moradores, no âmbito de implementação do PAC Favelas;

- Apoio à implementação da gestão participativa da política pública de saúde, em debates, rodas de conversa, formações e cursos que potencializaram instâncias coletivas (Conselho Gestor Intersetorial do Teias Escola Manguinhos - CGI, Conselho Comunitário de Manguinhos - CCM e Rede Manguinhos Sustentável, Fórum Movimento Social de Manguinhos, Conselho Gestor do Centro de Saúde - CGCS)².

Ações com o recorte racial (2008 a 2012):

- Apoio aos encontros realizados no mês da consciência negra, em

2. Desta perspectiva surgiu, no âmbito do PDTSP Teias – Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Pública, o desenvolvimento da Tecnologia Social “Governança do Território Saudável”, metodologia de territorialização de políticas públicas, através do fortalecimento da participação social e da intersetorialidade, cujo principal resultado foi a constituição do CGI.

parceria com o Fórum do Movimento Social de Manguinhos;

- Realização de Seminários Nacionais de Saúde da População Negra.

Do acúmulo de experiências e experimentações, a equipe de trabalho se inseriu no campo de discussão das tecnologias sociais, incorporando em seu planejamento esta temática. Ao mesmo tempo, reorientou suas ações, a partir do II Seminário de Saúde da População Negra, que trouxe como destaque o tema da violência contra a juventude negra. Nesse seminário estiveram presentes a SNJ e a SEPPPIR, quando teve início a parceria do presente termo de cooperação.

Vulnerabilidade Social

Compreender o conceito de vulnerabilidade social é importante para analisar o alcance de políticas públicas, tais como aquelas voltadas ao jovem negro. Originário da área da advocacia internacional pelos direitos humanos, diz respeito a grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na busca da garantia de seus direitos universais, sendo incorporado a várias áreas, como a da saúde (Ayres et al, 2003).

A violência sofrida por muitos jovens é também resultado da vulnerabilidade que atinge grande parte deste segmento populacional, o que dificulta seu acesso ao sistema de direitos (saúde, educação, trabalho, lazer). Katzman (1999; 2001) aponta que o nível de vulnerabilidade vai depender da capacidade do jovem, de sua família ou do grupo social ao qual ele pertence, de controlar os recursos necessários ou ativos para acesso às oportunidades oferecidas pelo meio no qual se desenvolve, sejam pelo Estado, mercado ou sociedade.

A relação negativa entre o controle de ativos (materiais ou simbólicos) e o acesso à estrutura de oportunidades se traduz em desvantagens na mobilidade social dos atores. Além disso, pessoas ou grupos inseridos em posições sociais menos privilegiadas estão mais expostos a diferentes fatores de risco, ou ainda, à combinação destes, o que aumenta sua vulnerabilidade ao efeito de uma causa específica, a exemplo da violência.

A idéia de vulnerabilidade social é utilizada por alguns autores em contraposição à idéia de grupos de risco, desindividualizando a questão de estar em risco e relacionando a análise a todo um processo social (Morais, 2009). A vulnerabilidade social problematiza de forma

complexa o fenômeno da pobreza e as formas de desvantagem social.

A importância de se utilizar o conceito de vulnerabilidade social está em pensar como os sujeitos se tornam mais ou menos suscetíveis a determinados acontecimentos que podem influir na ascensão a níveis maiores de bem-estar, ou à estagnação e marginalização (Abramovay 2002), e em estimular potencialidades pessoais e coletivas frente a situações desafiadoras (“vulnerabilidade positiva”), reinventando formas de resistência (Castro e Abramovay, 2009).

Em relação às políticas de prevenção a vulnerabilidades, Downey (2005) ressalta que, mesmo sendo escassas, algumas ações empregadas, especialmente no que concerne a juventude, podem não atingir esta parcela efetivamente, mas apenas aumentar sua criminalização, através de leis repressoras, de confinamento e de políticas de extermínio.

Violência

O Brasil é um dos países mais violentos do mundo. Segundo o Mapa da Violência (Waiselfisz, 2013), o país ocupa, em relação a homicídios na população geral, o 7º lugar, com taxas de 27,4 por 100 mil habitantes. Em relação à população jovem³, está em 8º lugar, com taxas de 54,5⁴. Ainda segundo o Mapa da Violência, houve no país, de 1980 a 2012, um aumento de 148,5% no número de homicídios. Na população jovem esse aumento foi de 172,8%.

Uma das características marcantes das altas taxas de homicídios relacionadas aos jovens é sua pontaria voltada para os jovens negros, moradores de periferias e de grandes centros urbanos. Estas regiões estão representadas historicamente como espaços de produção e reprodução de iniquidade social, alimentadas pela disseminação das variadas formas de violência. Neste contexto, seus moradores, dentre eles os jovens, sofrem cotidianamente diferentes modos de desrespeito aos direitos essenciais para a sua produção social – via degradação ambiental e privação de serviços públicos básicos (Lima e Bueno, 2010).

3. Segundo o Estatuto da Juventude, é considerado jovem o indivíduo na faixa etária entre 15 e 29 anos, definição considerada no estudo em questão.

4. Dados da OMS, relativos aos países membros da organização. Essa comparação leva em consideração dados de cem países, cujas informações estavam atualizadas à época do estudo.

Vale ressaltar que, alguns aspectos presentes, nos territórios favelizados das grandes cidades brasileiras, como a alta incidência de crimes e violências, se relacionam com a alta desigualdade social, expondo de modo mais dramático os problemas urbanos destas localidades.

Muitos autores mostram que a naturalização da miséria e da desigualdade social fomenta o território onde surgem várias formas de relações violentas. Essa discriminação se manifesta também na mentalidade de criminalização dos pobres. Estudos brasileiros têm mostrado que em torno de 70% dos jovens mortos por policiais ou executados por gangues nas áreas urbanas não tem antecedentes criminais: são pessoas que atuam no mercado informal ou estudantes (Souza, 2007).

“Este grupo (os jovens), em primeiro lugar, é vítima da violência estrutural, aquela que é representada pelas desigualdades socioeconômicas e vem afetando gravemente suas condições de vida e saúde. Jovens de comunidades pobres que vivem a margem do consumo, estigmatizados por sua origem, sofrem também pela falta de serviços de qualidade que os atendam em suas necessidades e estão expostos a diversos tipos de maus-tratos em seu dia a dia”. (Souza e Minayo, 2009, pg. 114)

Diversos fatores de risco social, relacionados à violência estrutural, atingem principalmente os indivíduos que habitam os espaços perigosos: falta de políticas sociais básicas - como falta de escolas de qualidade e de outros espaços de socialização e aprendizagem, alta concentração de pobreza, de desemprego, presença de aparato repressor de estado, acesso facilitado a comércios ilícitos, etc (Downey 2005).

Segundo Perlman (1977), o mito da marginalidade reúne uma série de crenças a respeito dos pobres e de seu local de moradia, tido como “aglomerações patológicas”, “comunidades em busca de superação” ou como “calamidade inevitável”. Tais mitos forjam o espaço das favelas e seus habitantes como possuindo uma “natureza”, o que justifica a criação e implementação de políticas específicas direcionadas a este

território, criminalizando ainda mais sua população.

Apesar das expressivas taxas de mortalidade de jovens negros, a violência que os atinge é silenciosa uma vez que não tem visibilidade na grande mídia e não causa comoção social, apesar do inaceitável número de vítimas: 23.160 apenas em 2012, 41% do total de homicídios no Brasil. Essas mortes trazem consigo um rastro histórico de opressão e de sofrimento, que se alastra nas comunidades mais empobrecidas do país. São mães, pais, irmãos, avós, famílias que perdem seus entes queridos de forma bruta e banal.

Em Manguinhos não é diferente. Num grupo de terapia comunitária desenvolvido entre 2012 e 2013, com 20 mulheres da comunidade, todas já haviam sofrido a perda de entes queridos em suas vidas, seja como mães, irmãs, tias, amigas ou vizinhas. Uma pequena amostra do impacto da violência na sociedade, horror que se alastra pelo país (ACS, 2013).

Tal contexto possui relação direta com um dos maiores problemas de saúde pública no Brasil hoje: as chamadas mortes por causas externas, que incluem os acidentes de trânsito, homicídios e suicídios. Nacionalmente, são os homens jovens, de 14 e 29 anos, os mais afetados. Além das mortes, são enormes os impactos da morbidade por violência sobre a população e sobre os serviços de saúde, os superlotando e exigindo respostas dos governos para enfrentar esta gravíssima problemática.

Respostas do Governo: O Plano Juventude Viva

O movimento social negro vem denunciando esse quadro de violência há décadas. Especificamente a juventude negra, no Encontro Nacional da Juventude Negra - ENJUNE, realizado no município de Lauro de Freitas- Bahia, em 2007, com a presença de mais de 700 delegados de todas as regiões do país, estabeleceu como uma de suas prioridades a discussão do tema. Esse encontro é considerado como marco, pois coloca a juventude negra no centro da discussão, com ênfase na pauta dos altos índices de mortalidade.

Um dos resultados do encontro foi a construção coletiva de um documento representativo dos anseios e propostas da juventude negra, que pudesse oferecer subsídios para a construção de políticas públicas

voltadas para esse público. O documento reitera como prioridade o combate às altas taxas de mortalidade da juventude negra, através do fomento de uma Campanha Nacional Contra o Genocídio da Juventude Negra (Ramos, 2, s/data).

Em âmbito nacional, a continuidade desse processo se deu em abril de 2008, na 1ª Conferência Nacional de Juventude, quando, das 70 resoluções da Conferência, a prioridade número 1 foi o:

“Reconhecimento e aplicação, pelo poder público, transformando em políticas públicas de juventude as resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE), priorizando as mesmas como diretrizes étnico/raciais de/para/com as juventudes”. (Caderno de Resoluções 1ª Conferência Nacional de Juventude, 2008, s/pg)

A juventude negra passa a ser considerada, então, no âmbito das políticas públicas de juventude em nível federal, movimentando engrenagens que visavam à construção de uma proposta. Em 2011, a SNJ sugere que a mortalidade da juventude negra fosse uma das prioridades do Fórum de Direitos e Cidadania. Esse Fórum, criado pela presidenta Dilma Rousseff no início do seu governo, tem como objetivo ser um instrumento de exercício intersetorial, buscando promover a articulação entre ministérios e políticas públicas relacionados às questões da garantia da cidadania e expansão de direitos.

O tema da mortalidade da juventude negra passa a ser uma das prioridades do Fórum e, a partir daí, sob a coordenação da SNJ e da SEPPIR, começa a ser construído o Plano Juventude Viva, realizado através do desenvolvimento de políticas públicas federais pactuadas com estados e municípios.

Dentre os diferentes projetos e ações do PJV, destacamos o Projeto Articulação Nacional Juventude Viva - ANJV, o qual desenvolvemos. Dentre seus objetivos, já mencionados, ressalta-se o trabalho de articulação entre estados, municípios e atores sociais de bairros vulnerabilizados.

Tecnologia Social Governança do Território

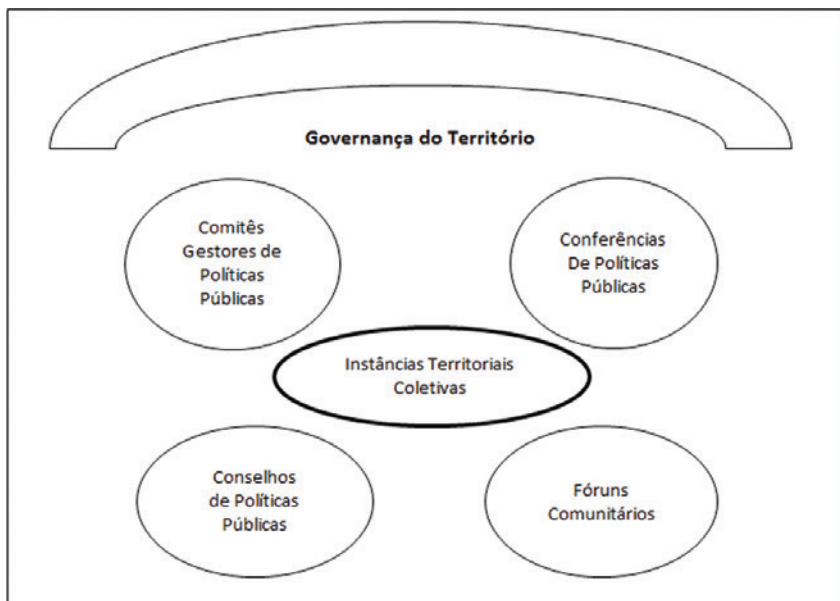
A discussão sobre Tecnologias Sociais surge na América Latina e no Brasil na década de 70, a partir do questionamento acerca do desenvolvimento da Ciência e Tecnologia na região e da necessidade de aproximar esse desenvolvimento da luta por equidade, justiça e inclusão social. Nesse sentido, o termo Tecnologia Social diz respeito ao *“desenvolvimento de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”* (Instituto de Tecnologia Social, 2007).

Já do conceito de governança depreende-se diferentes usos, e neste sentido, destacamos a descrição do Instituto de Governança de Ottawa (OIG, 2007) que o define como processo no qual os atores envolvidos articulam seus interesses, tomam decisões em conjunto e são por elas responsabilizados. Logo, o desafio colocado para os governos está para além de meramente executar a disponibilização de bens e serviços à população, mas, sobretudo, em *“articular em torno de um projeto comum as energias, os recursos, as capacidades e potencialidades de sujeitos e organizações sociais”* (Akerman, 2004). Neste processo, o território é o fio condutor, visto não apenas como espaço físico, mas como um espaço para práticas identitárias, relações de conflitos e construção de consensos (Gohn, 2005). O *“território usado”* amplia o entendimento sobre o espaço geográfico, seja através de horizontalidades - formados por locais próximos ligados por uma continuidade territorial - e verticalidades - criados por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais, como as redes (Santos, 1994).

À luz destes termos e conceitos, a metodologia Governança do Território se materializa no estímulo ao processo de constituição de novos arranjos institucionais para a garantia de ações e projetos coletivos. Sua base é a participação social qualificada dos atores sociais e o agir intersetorial para a gestão participativa de políticas públicas.

Na ANJV reaplicamos a nossa metodologia visando colaborar com o desenvolvimento dos objetivos do PJV, construindo um modelo de governança como tecnologia social. Esse modelo visa potencializar a territorialização do Plano através da articulação intersetorial de atores

governamentais ou não, que executem ações a eles concernentes, cada um em sua esfera, construindo arranjos institucionais favoráveis ao fortalecimento de suas diretrizes.



Quadro 1: Modelo de Governança do Território Desenvolvido no Projeto ANJV

A Governança do Território diz respeito ao processo de tomada de decisões coletivas que podem vir a ser implementadas em determinado território, objetivando a territorialização de políticas públicas. Busca-se, ainda, estimular a criação de canais de participação popular para o desenvolvimento e o controle social das políticas públicas.

Tal proposta se desenvolve a partir de três eixos: articulação intersetorial dos atores sociais, processos culturais e educativos horizontalizados e, por fim, informação e comunicação.

O Eixo Articulação Intersetorial dos Atores Sociais diz respeito, inicialmente, à identificação dos principais atores locais importantes ao desenvolvimento do PJV: instituições, conselhos, lideranças comunitárias, grupos organizados, ongs, oscips, movimento social, etc. Essa rede social é dinâmica e necessita de um processo contínuo de acompanhamento e atualização. Em um segundo momento, há a mobilização dos atores-chave para o desenvolvimento dos processos

de participação social e a formação das Instâncias Territoriais Coletivas, que no nosso trabalho foram denominados Núcleos de Articulação Territorial.

O Eixo Processos Culturais e Educativos Horizontalizados investe na formação sócio-política dos atores sociais, fundamental à implementação qualificada de um modelo efetivamente participativo, à luz dos princípios da Educação Popular em Saúde (EPS). A EPS trabalha com a construção compartilhada de práticas de saúde que tenham como princípio a participação popular e a construção horizontalizada do conhecimento e das ações. É fundamental potencializar práticas de participação popular que contribuam para colocar na agenda das políticas públicas as demandas de segmentos sociais historicamente excluídos, com respeito ao outro e a seus conhecimentos, condições primordiais para o diálogo crítico e a reflexão transformadora da sociedade. É esta perspectiva que guia o desenvolvimento das atividades coletivas realizadas no âmbito da ANJV.

No Eixo Informação e Comunicação, a produção de veículos integrados de informação e comunicação é fundamental para a mobilização e participação social. O uso de tecnologias de informação e, principalmente, de comunicação, são relevantes para se trabalhar os princípios da transparência em políticas públicas e o fomento ao controle social. O trabalho jornalístico difunde informação e potencializa o uso de redes sociais na internet para o desenvolvimento de espaços de interação e de mobilização para a participação cidadã, construindo o meio pelo qual os beneficiários das políticas públicas do Plano podem erigir opinião e transformar suas demandas sociais.

Estas tecnologias são o ponto central para articulação e potencialização das ações desenvolvidas pela ANJV. O desafio é contribuir no fomento ao engajamento dos atores sociais, que devem ser sensibilizados para o enfrentamento da violência contra a juventude negra e o racismo, trabalhando sua comunicação e empoderamento, e produzindo visibilidade da temática.

O trabalho, em setembro de 2014, está presente em 86 dos 142 territórios (municípios) de atuação do PJV, por uma Rede Nacional de Articuladores do Juventude Viva, que conta com 16 pessoas. Toda a metodologia está sendo desenvolvida em, pelo menos, um município

de cada uma das dez unidades da federação, a saber: Alagoas, Distrito Federal, São Paulo, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Pará, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo. São os articuladores que fazem chegar à ponta as atividades que visam implementar as ações e diretrizes do PJV, sensibilizando e articulando gestores e sociedade civil para a temática da violência contra a juventude negra.

Etapa	Ação	Atividade
1ª	Seminário inicial de formação	Grande encontro entre os atores-chave para o início do desenvolvimento deste processo (articuladores regionais, gestores federais de políticas públicas e equipe técnica do projeto) quando a proposta de trabalho coletivo é apresentada pela coordenação do projeto e discutida, de forma a alcançar a pactuação política para a realização das ações.
2ª	Elaboração do Plano de Ação	Os articuladores e articuladoras do PJV constroem seus planos locais de ação, que vão subsidiar sua atuação junto aos gestores e movimentos sociais dos territórios.
3ª	Desenvolvimento das ações	Os articuladores e articuladoras realizam suas ações ou atividades, através dos três eixos orientadores da metodologia.
4ª	Construção dos Núcleos de Articulação Territorial	Instâncias coletivas que promovem a participação social qualificada, a articulação intersetorial de ações e a concertação social para o controle social ⁵ de políticas públicas integrantes do PJV.
5ª	Avaliação das ações	Monitoramento de cada Plano de Ação e, de forma geral, do processo da ANJV.

Tabela 1: passo-a-passo da Metodologia Governança do Território

Conclusão

A compreensão e apreensão da metodologia aqui descrita é fundamental para o pleno desenvolvimento do trabalho de Governança no Território. Ela fortalece a atuação intersetorial dos atores territoriais na definição e implementação das políticas públicas e potencializa a

5. Concertação social diz respeito à cooperação ou diálogo entre governo e sociedade civil, com o objetivo de resolver problemas, alcançando consensos, mesmo que não se feche um acordo em si.

participação dos cidadãos em seus processos de acompanhamento e na gestão participativa, a partir da construção de uma lógica de aprendizado mútuo e de ampliação da cidadania.

Apesar de avaliarmos a presença de vários desafios no cotidiano, provenientes de um trabalho tão ambicioso e importante como é a luta pela redução da violência dirigida à juventude negra brasileira, presenciamos também avanços como o conhecimento mais ampliado do PJV. Os articuladores, de forma muito exitosa, têm produzido visibilidade para o tema entre gestores, com o apoio de diversos movimentos sociais locais. Eles provocam, ininterruptamente, a publicização da violência que atinge a eles próprios, evocando uma tomada de posição no outro e instando uma atitude em direção a ações que visem a redução da violência.

O desenvolvimento da tecnologia social Governança no Território vem se mostrando eficaz aos objetivos da ANJV. Até julho de 2014, a Rede Nacional de Articuladores do Juventude Viva realizou mais de 800 atividades junto a gestores e sociedade civil, em dez Unidades da Federação. Em diferentes níveis, vêm sendo desenvolvidos processos de sensibilização para a constituição de mecanismos importantes para o modelo de governança, tais como: comitês gestores estaduais e municipais, planos estaduais e municipais de enfrentamento à violência contra a juventude negra e núcleos de articulação territorial.

Neste processo, a perspectiva é de que os novos arranjos institucionais contribuam para maior capilarização das políticas públicas, no nível local. Assim, o agir intersetorial colabora com ações e intervenções integradas e sinérgicas, viabilizando a cooperação entre os diferentes atores, governamentais e não governamentais, envolvidos no processo coletivo. A ampliação da participação social qualifica a implementação de programas e projetos.

Assim, consideramos fundamental construir ou reorientar políticas públicas que diminuam as iniquidades sociais na nossa sociedade, de modo que os jovens negros possam acessar bens e serviços, ampliando seu universo material e simbólico, e conseqüentemente, incidindo positivamente nos níveis de vulnerabilidade social.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

AKERMAN, Marco. *Território, governança e articulação de agendas*. In: GARIBE, Roberto; CAPUCCI, Paulo. *Gestão local nos territórios da cidade: ciclo de atividades com as subprefeituras*. São Paulo, São Paulo (Cidade). Secretaria das Subprefeituras, 2004. p.134-138.

ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO SOCIAL – ACS. *Relatório Final do Projeto Territórios de Vivências Comunitárias: Construindo Redes e Desenvolvimento Local Sustentável em Comunidades Populares*. 2013.

AYRES, José Ricardo et al. *O Conceito de Vulnerabilidade e as Práticas de Saúde: novas perspectivas e desafios*. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado (Org.) *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

BUENO, Leonardo. *Território de exceção enquanto limite e possibilidade para Gestão Democrática em favelas da cidade do Rio de Janeiro*. In: LIMA, Carla; BUENO, Leonardo. *Território, Participação Popular e Saúde: Mangueiras em Debate*. Rio de Janeiro: Ensp; Fiocruz, 2010.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. *Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas*. Em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/ALAP2004_295.PDF>. Acesso em 02/04/2009.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE – CONJUVE. *Caderno de Resoluções 1ª Conferência Nacional de Juventude*. Disponível em: <<http://www.jsb.org.br/anexos/3.pdf>, 2008>. Acesso em 12/01/2014.

DOWNEY, Luke. *Nem Guerra Nem Paz: Comparações Internacionais de crianças e jovens em violência armada*. COAV; Viva Rio; ISER; IANSA, 2005.

ENJUNE - ENCONTRO NACIONAL DE JUVENTUDE NEGRA. *Novas perspectivas na militância étnico/racial*. Bahia, 27 a 29 de julho de 2007.

GOHN, Maria da Glória. *O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL – ITS. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br/conceito-de-tecnologia-social>>. Acesso em 12/09/2012.

KAZTMAN, Rubén. *Notas sobre el Marco Conceptual*. In: *Activos y estructura de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*. Uruguay: PNUD-Uruguay; CEPAL-Oficina de Montevideo, p. 19-36, 1999.

_____. *Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos*. Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, n.75, p.171-189, 2001.

MORAIS, Normanda Araujo. *Trajetórias de vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: entre o risco e a proteção*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OTTAWA INSTITUTE OF GOVERNANCE - OIG. Disponível em: <www.iog.ca>. Acesso em 25/05/2012.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RAMOS, Paulo Cesar Ramos. *Juventude negra e políticas públicas: uma análise sociológica do histórico das políticas com recorte etário e racial*. In: III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2012. Disponível em: <http://iiiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/ramos_paulo.pdf>. Acesso em 02/10/2013.

SANTOS, Milton. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE - SNJ. *Apresentação do Plano Juventude Viva*. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano>>. Acesso em 12/05/2013.

SOUZA, Edinilsa (Org.). *Curso Impactos da Violência na Saúde. Unidade I, Bases conceituais e históricas da violência e setor saúde*. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2007.

SOUZA, Edinilsa e MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Mortalidade de jovens de 15 a 29 anos por violências e acidentes no Brasil: situação atual, tendências e perspectivas*. In: *Rede Interagencial de Informações para a Saúde. Informe de Situação e Tendências: Demografia e Saúde*. Brasília: Organização Panamericana de Saúde, 2009.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2013*. In: *Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil*. Disponível em <<http://www.juventude.gov.br/juventudeviva>>. Acesso em 12/01/2014.

O Programa Jovem Aprendiz na Fiotec: balanços e perspectivas de uma nova experiência

*Aline Caputi
Flavia Xavier
Patricia Lopes
Raquel Raad*

O programa Jovem Aprendiz na Fiotec iniciou em julho de 2013. Trata-se de um processo de aprendizagem voltado para a preparação e inserção de jovens no mundo do trabalho, apoiando-se na lei 10.097/2000 (Lei da Aprendizagem), que visa proporcionar o aprendizado a jovens de ensino médio, estabelecendo paralelos entre conhecimento e prática no ambiente corporativo da Fiotec.

Esta é uma das ações da área de Recursos Humanos da Fiotec, cujo objetivo geral é promover um conjunto de atividades de capacitação que gerem o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, visando contribuir para que os aprendizes possuam um diferencial ao ingressarem no mercado de trabalho.

O programa atende 19 jovens, com duração de no máximo dezessete meses e carga horária de vinte horas semanais (quatro horas ao dia). Inicialmente, optou-se pelo regime de seis horas diárias, no entanto, após o ingresso dos primeiros jovens foi constatado que este regime era muito extenso para aqueles que também estudavam e poderia ser prejudicial ao desenvolvimento estudantil.

Antes do início das atividades desenvolvidas na Fiotec, o jovem participa de uma capacitação de oitenta horas realizada pelo CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Ao longo do programa, a capacitação no CIEE continua ocorrendo durante um dia na semana, além de um encontro mensal reunindo todos os jovens, totalizando 1.280 horas de formação ao longo de dezessete meses.

No âmbito das atividades desenvolvidas dentro da Fiotec, o programa funciona a partir de três fases fundamentais. São elas:

- **FASE I – Integração:** consiste na inserção do jovem aprendiz na Fiotec e objetiva facilitar seu processo de inclusão na instituição, com a

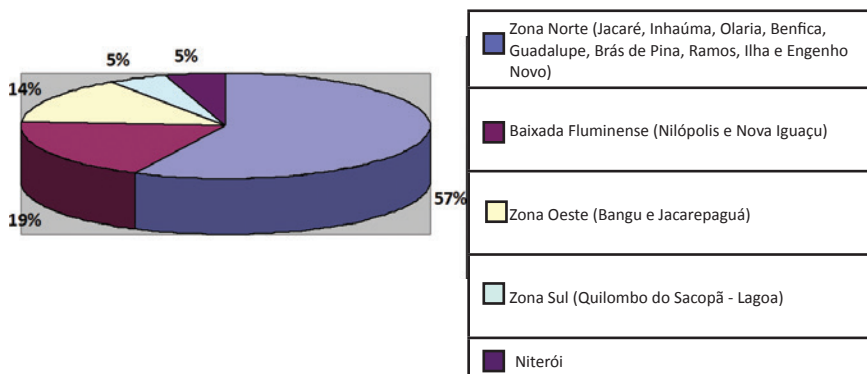
equipe de trabalho, otimizando o seu tempo de adaptação.

•FASE II – **Formação e Desenvolvimento**: esta fase tem como foco o desenvolvimento técnico e de habilidades do aprendiz, com vistas à consolidação da sua inserção na Fiotec.

•FASE III – **Preparação para a saída ou efetivação**: esta fase tem como foco a avaliação final do desenvolvimento das competências adquiridas e do desempenho dos jovens aprendizes durante seu período na Fiotec. O jovem será estimulado a uma reflexão sobre seu projeto pessoal de carreira, focado na criação e gestão da própria trajetória profissional.



Espera-se, ao término do processo, que o aprendiz seja capaz de atuar no mercado de trabalho nas seguintes áreas: Assessoria Técnica, Comunicação, Assessoria Jurídica, Contabilidade, Contas a pagar, Contas a receber, Secretaria, Logística, Projetos, Qualidade de



processos, Apoio à rede de telecomunicações e suporte a equipamentos de informática, e Recursos Humanos.

Público Alvo

O programa contempla jovens na faixa etária de 16 a 22 anos, que não possuam grau de parentesco com colaboradores ativos da Fiotec. Os jovens devem estar cursando ou ter concluído o ensino médio. Apesar de não ser um pré-requisito, hoje praticamente todos os jovens são provenientes de escolas públicas (com exceção de um que é bolsista em escola particular onde sua mãe trabalha).

É importante atentar para o local de residência destes jovens, que apontam a provável condição socioeconômica dos mesmos, revelando a importância do programa, não apenas no que tange ao desenvolvimento profissional e individual de cada um, como também ao desenvolvimento social mais amplo. Nesse sentido, o gráfico abaixo apresenta as regiões de residência dos aprendizes, revelando a predominância de jovens das áreas mais periféricas da cidade e região metropolitana.

Diferenciais do programa: rotatividade e orientadores

Pode-se ressaltar como diferencial do Programa dois pontos que contribuem para seu bom desempenho: a rotatividade nos setores e a existência de orientadores. Na fase de formação e desenvolvimento, os jovens percorrem os departamentos da instituição, procurando conhecer as atividades das diversas áreas, de modo que possam

agregar esses conhecimentos e levá-los como experiência para o mercado de trabalho. Dentro de cada um destes departamentos, há ainda uma segmentação em horas de capacitação para cada uma das atividades desenvolvidas no setor. Por exemplo, no setor de Recursos Humanos, o jovem passará pelos seguintes núcleos: admissão e saúde ocupacional; controle de ponto; folha de pagamento; rescisão de contrato (atendimento); benefícios e desenvolvimento. Após completar este ciclo, o jovem é encaminhado para outro setor.

A importância desta estratégia é que o jovem consegue obter uma compreensão do funcionamento total da instituição a partir de seus diferentes departamentos. Outra vantagem é a baixa probabilidade dos jovens criarem com o setor uma relação de trabalho mais do que de formação, o que poderia assim ocasionar situações desgastantes e de pouca aprendizagem. Neste sentido, outro ponto que contribui para que o jovem esteja sempre inserido em uma lógica de formação é a existência de orientadores responsáveis em cada um dos núcleos dos departamentos que irão recepcioná-los. Mais do que supervisores do desempenho de atividades, os responsáveis nos setores possuem um papel pedagógico e, por essa razão, foram eleitos previamente para executar tal tarefa e devidamente preparados para exercer a nova função.

A função do orientador consiste em ensinar, acompanhar e avaliar durante o período de permanência do jovem em seu setor. Os orientadores foram convidados pelos gerentes de área para desempenhar este papel e o perfil selecionado valorizou qualidades como colaboração, organização, boa comunicação, assertividade, conhecimento sobre *feedback* e conhecimento da rotina de trabalho a ser desempenhada, além de boa administração do tempo.

Outra responsabilidade do orientador é elaborar um “Plano de Aprendizado” para os jovens, assegurando que as atividades desenvolvidas estarão em conformidade com o conteúdo básico do programa para o qual os jovens aprendizes estão sendo preparados. O plano de aprendizado é o documento no qual são registradas as atividades básicas que serão desenvolvidas e o perfil de competências. O perfil de competência é composto por duas partes. São elas:

1. Compilação das atividades estipuladas nos Arcos Ocupacionais e das atividades desenvolvidas na Fiotec. Essas atividades poderão ser

modificadas de acordo com o acompanhamento do orientador da área, conforme necessidades de aprendizagem.

2. Conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas pelos Jovens Aprendizes.

Os orientadores passam por um processo de treinamento anterior à entrada dos jovens e participam de reuniões mensais para discutir o andamento do trabalho. É importante destacar também que durante a fase de “Formação e Desenvolvimento”, o trabalho dos orientadores se dá a partir de um conjunto de estratégias de aprendizagem previamente estabelecido. Essas estratégias possuem duas frentes, a saber:

1. Desenvolvimento de Habilidades e Atitudes.

a. Trabalho em equipe, comunicação, negociação, relacionamento interpessoal, comprometimento, responsabilidade e postura profissional;

b. Efetuar a reflexão e o exercício, quanto à postura desafiadora, criatividade e proatividade;

c. Estimular a prática de atividades de Responsabilidade Social e Ambiental.

2. Desenvolvimento Técnico

a. Explorar as tecnologias e as ferramentas corporativas como suporte facilitador dos processos internos;

b. Conhecer e utilizar os conceitos da rotina administrativa, planejamento e gestão.

Uma última e crucial função do orientador é contribuir para a avaliação do jovem. A avaliação objetiva a aferição do alcance dos resultados esperados em termos de aprendizagens e de desempenho, com base no plano de aprendizado antes desenhado junto ao aprendiz. Sua realização possibilita o *feedback*, oportunizando ações de melhoria ou de manutenção das ações desenvolvidas. O setor de Recursos Humanos analisa todas as avaliações entregues pelos orientadores, consolidando e indicando o conceito final da avaliação do jovem. Para a avaliação adota-se a seguinte escala: o jovem que atingir a média “1” e “2” terá desempenho avaliado como pouco satisfatório; a média “3” como satisfatório e a média “4” como desempenho superior. Nesse caso,

havendo vagas, serão aproveitados para efetivação, prioritariamente, os jovens com médias “3” e “4”.

Formar jovens cidadãos: uma nova missão para a Fiotec

Apesar de não ser possível ainda medir os resultados quantitativos do programa - já que até agora apenas um jovem concluiu o programa, mas não pode ser efetivado em razão de ainda não ser maior de idade – em um breve balanço deste primeiro ano, identificamos que houve muito mais pontos positivos do que negativos. Estamos construindo a cultura do programa e tentando incuti-lo na instituição como um todo, mas sabemos que ainda precisamos nos capacitar e preparar mais para chegarmos a excelência.

Pensamos e planejam os programas com antecedência, mas percebemos que a prática, o dia a dia, nos possibilitou construir e desconstruir alguns paradigmas. Hoje, percebemos que a responsabilidade de formar jovens cidadãos já faz parte da missão da Fiotec. O programa tornou-se referência na própria instituição parceira – CIEE, não só pela adesão e comprometimento, mas pelas inovações que estamos construindo no decorrer das ações. Nesse sentido, destacamos abaixo as vantagens na implantação do programa, bem como alguns pontos que ainda podem ser aperfeiçoados futuramente.

1. Vantagens na Implantação do Programa Jovem Aprendiz:

- Inserir o Jovem no Mercado de Trabalho;
- Contribuir para a Capacitação Profissional dos Jovens;
- Cumprir a cota do Ministério Público;
- Escolher a carga horária de quatro horas (possibilidade de conciliar o trabalho/aprendizado com os estudos);
- Definir o programa no formato de circuito entre as áreas – possibilitando o conhecimento de cada uma das áreas da instituição, conhecendo diferentes atividades, maior mobilidade e flexibilidade de tarefas;
- Contribuir para a diminuição da evasão escolar;
- Possibilitar o envolvimento de toda a instituição como atores no processo de aprendizagem desses jovens;
- Realizar gestão do conhecimento compartilhada;

- Aproveitar internamente os jovens que já eram estagiários de nível médio na Fiotec (já conheciam a dinâmica da instituição e não foram desligados);
- Adaptação da carga horária de 4 horas diárias para todos os jovens;
- Envolver os gestores no Programa;
- Engajar os colaboradores na orientação dos jovens – os orientadores;
- Estabelecer a importância do lado social do Programa;
- Lidar com a diversidade;
- Notar a satisfação do jovem em trabalhar numa instituição de referência no mercado de trabalho;
- Construir mais treinamentos e capacitações para os jovens e formadores da Fiotec;
- Trabalhar em parceria com outras instituições;
- Permitir ao jovem a oportunidade de comprar algo e ajudar sua família com a sua remuneração, sabendo que foi fruto do seu trabalho;
- Rever os próprios processos de trabalho, quando do treinamento dos jovens.

2. Pontos que podem ser aperfeiçoados:

- Disponibilizar aos jovens o acesso a mais informações dos setores, pois algumas atividades por eles desempenhadas ficam comprometidas (o ideal seria criar uma pasta no diretório “I” exclusiva aos Jovens Aprendizes, na qual eles tivessem acesso às informações que fossem necessárias e pertinentes à aprendizagem daquele período);
- Divulgar o Programa – hoje só utilizamos a mídia interna e o CIEE;
- Não ter espaço suficiente para receber todos os jovens;
- Lidar com a imaturidade dos jovens;
- Lidar com o problema da gravidez precoce;
- Lidar com a compreensão de que o espaço da empresa (corporativo) não é o da escola – definir horários, não ficar além do horário, comportamentos, ética, etc;
- Perceber a necessidade de mais tempo para trabalhar e investir no Programa;

- Trabalhar a recepção do jovem em cada área (na maioria das vezes apenas os jovens e orientadores têm a informação do cronograma nas áreas);
- Treinar e nivelar os orientadores, já que alguns não possuíam o perfil desejado e foram sendo substituídos no decorrer do Programa;
- Garantir que o jovem aprendiz faça o rodízio de aprendizagem dentro dos setores;
- Aproximar a família dos jovens com a Instituição Fiotec.

Experiências de formação crítico-cidadã com jovens em Manguinhos: arte, cultura e educação a partir da favela

*Daniel Pinha Silva
Elizabeth Campos
Felipe Eugênio dos Santos Silva*

Delimitando o espaço

Há um quadro de iniquidades marcantes que caracterizam a história da cidade do Rio de Janeiro e da sociedade brasileira como um todo, relacionados diretamente à configuração espacial de Manguinhos, favela da zona norte do Rio de Janeiro. Trata-se de um território que, pelo menos desde os anos iniciais do século XX, sofreu diferentes processos de ocupação, formando hoje um Complexo de Favelas que reúne 14 comunidades. São elas: CHP2, Conjunto Habitacional Nelson Mandela, Parque João Goulart, Vila Turismo, Parque Carlos Chagas (Varginha), Mandela de Pedra, Nova Embratel, Samora Machel, Parque Oswaldo Cruz (Amorim) e Conab (Vitória de Manguinhos). Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, áreas que até então eram vistas como próximas a Manguinhos, como CCPL e DSUP (hoje chamada de Predinhos, que abriga a Biblioteca Parque Manguinhos) foram incorporadas ao Complexo de Manguinhos, para serem atendidas pelos programas sociais do PAC. O complexo inclui mais quatro comunidades: CCPL, Vila União, Vila São Pedro e Comunidade Agrícola de Higienópolis.

Muitos foram os motivos para a ocupação deste local, associados tanto a dinâmica do trabalho quanto ao processo de remoção de outras áreas da cidade: trabalho na construção e operação da atual Fundação Oswaldo Cruz, nos processos de erguimento de edificações e abertura da Avenida Brasil; remoção de bairros valorizados pela especulação imobiliária da cidade, resultantes de projetos urbanos que associavam ordem urbana à desocupação da população pobre de áreas consideradas nobres. A favela do Amorim, por exemplo, originária de princípios do século XX, era formada, principalmente, por trabalhadores

da construção civil que ergueram o Castelo da Fiocruz e queriam residir perto do trabalho. A expansão da linha férrea também atraiu trabalhadores de outras áreas da cidade. A partir de 1901, moradores removidos do centro da cidade e imigrantes portugueses também ajudaram a ocupar a região.

De acordo com informações disponibilizadas pelo Instituto Pereira Passos – IPP – da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - a partir de dados do censo 2010 do IBGE, há cerca de quarenta mil habitantes residindo em Manguinhos. Registra-se nesse território, atualmente, o quinto pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município do Rio de Janeiro. O cotidiano dos habitantes é marcado pela convivência com todo tipo de violação de direitos: restrições materiais essenciais, violência pública e privada, degradação socioambiental são alguns exemplos. Associa-se a esse quadro, uma contínua requalificação do estigma histórico do morador de favela, reiterado através de diversos tipos de criminalização da pobreza. Tal estigma, presente em Manguinhos e nas favelas em geral, traz no seu bojo a afirmação de uma cultura política forjada pela apatia política, descrença na coisa pública e na possibilidade de transformação real no território por parte dos moradores. Esse olhar pejorativo sobre o território favelizado circula nele próprio, mas é exercido com mais violência pela parte de fora: a produção midiática sobre Manguinhos, o preconceito com quem lá mora (muito relatado por moradores quando estão em busca de trabalho) e a circulação limitada por barreiras visíveis e invisíveis, impedindo o ir e vir não só de moradores, como também de intercâmbios de outra ordem.

Manguinhos se caracteriza, nesse sentido, como um território de exceção porque nele não estão em funcionamento princípios de um território de direitos. Trata-se de um lugar marcado fundamentalmente pela “noção de ausência”, ou seja, por possuir uma configuração social reconhecida “pelo que ela não é ou pelo que ela não tem”, situação derivada da ausência/insuficiência de políticas públicas que alcancem as demandas locais. O que, por sua vez, é também resultado de um sistema socioeconômico que inclui a massa de trabalhadores de maneira subordinada, com restrições econômicas e violação de direitos. Na maioria dos casos, estão configurados como territórios

de exceção as favelas, mas também alguns bairros populares podem ser assim identificados. Tais territórios estão por vezes sob o controle de grupos armados privados – no contexto do Rio de Janeiro, grupos de traficante de drogas ou de milicianos – incorporando-se às iniquidades socioeconômicas e ambientais os estigmas da violência e da criminalização da pobreza em um cenário de cerceamento dos direitos civis e políticos - direito de ir e vir, reunião e de associação política, manifestação pública de oposições, dentre outros.

Outro ponto de alta gravidade é quando tais violações de direitos ficam sob uma condição de invisibilidade em relação aos meios de comunicação de massa – e, conseqüentemente, limitam as possibilidades de conhecimento desse contexto senão pela vivência – no que diz respeito à comoção pública pela mácula constante ao “Princípio da dignidade da pessoa humana”, ou, se preferirmos, a ausência do Estado Democrático de Direito é naturalizada em tais territórios, o que os mantém sob a pecha de excepcionalidade em relação aos territórios plenos de cidadania. O fato de este ser um cenário não assumido oficialmente pelo Estado produz uma permanente lacuna entre políticas públicas para desenvolvimento social e as urgentes demandas sociais existentes nos territórios de exceção.

O quadro de educação na comunidade é reflexo imediato dessa situação social mais ampla. A comunidade de Mangueiras tem um índice baixo de escolarização e poucas ambiências ligadas à cultura construtiva de educação. Mangueiras assinala que apenas 3,2% dos seus habitantes possuem escolaridade superior. Um indicador importante, nesse sentido, é em relação à escolaridade dos provedores das famílias: de acordo com o IPP, apenas 12% alcançaram o Ensino Médio, enquanto 3% chegaram a cursar o Ensino Superior, sem necessariamente ter concluído o curso. O Plano de Desenvolvimento Urbanístico, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, indica, por exemplo, que *apenas a metade dos alunos matriculados no ensino médio residentes nas comunidades de Mangueiras tem entre 15 e 18 anos, faixa etária considerada adequada para esse nível de ensino*, pondo em evidência, desse modo, a defasagem idade-série correspondente à demanda por ensino médio nesta população.

Estes indicadores quantitativos se ampliam quando analisamos o

problema de maneira qualitativa. O contexto de violência cotidiana, as constantes dificuldades socioeconômicas que levam a um baixo rendimento no ensino, torna necessária a adoção de propostas pedagógicas capazes de suplantar ou mitigar problemas relacionados a prática educativa mais ampla dos jovens. Há um conjunto de referências simbólicas relacionadas à cultura hegemônica que interferem na formação do jovem morador de Manguinhos – o que os coloca em contato direto com a dinâmica mais ampla da cidade, ainda que em sua condição mais perversa, isto é, por via da pasteurização de comportamentos sociais – formação esta pautada em valores como consumismo, reafirmação de hierarquias sociais, desvalorização da escola e impossibilidade de mudança do quadro em que vive. Nesse sentido, qualquer ação educativa deve lidar/ultrapassar essas condições, se o objetivo for a alteração desse campo de possibilidades.

Experiências com jovens: arte, cultura e educação a partir de Manguinhos

Considerando o contexto territorial brevemente traçado nas linhas acima, o presente artigo pretende elucidar reflexões sobre experiências de educação com jovens em territórios favelizados, contando, para isso, com análises específicas sobre três projetos que ocorrem em Manguinhos. Esses são os casos do Laboratório de Educação Territorizada e Cidadã de Manguinhos, a Oficina Portinari e a Escola de Música de Manguinhos: experiências distintas que conduzem a uma reflexão comum, todas atuando em diálogo com os jovens e adolescentes e a partir desse território; todas tendo como horizonte a possibilidade de alteração, por meio de ações educativas, do quadro de referências simbólicas acerca da cidade e do território.

Tratam-se de ações que podem ser caracterizadas como projetos sociais, entendidos a partir de uma determinada perspectiva que se afasta, fundamentalmente, de uma lógica assistencialista que, ao cabo, reforça laços de clientela e privatismo das relações político-sociais existentes em favelas e bairros pobres. A pretensão, portanto, é propor uma forma específica de intervenção. Contando com o suporte teórico-metodológico da Coordenadoria de Cooperação Social da Fiocruz, estes projetos ancoram-se no conceito de tecnologia social para assegurar a

participação efetivamente cidadã. Tecnologia Social é entendida aqui como um conjunto de técnicas e metodologias reaplicáveis (além de produtos) desenvolvidos com a comunidade de forma dialética e que tenha como fim soluções para transformação social. Além disso, nessa perspectiva de projeto social, utiliza-se como base o conhecimento popular, de modo que seja possível intercambia-lo com o saber técnico-científico, fornecendo como legado a apropriação pela comunidade das ferramentas, técnicas, metodologias e, especialmente, do capital crítico importante para delinear horizontes de transformação social.

São projetos desenvolvidos pela Rede de Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo, Democrático e Sustentável, REDECCAP. Trata-se de uma instituição que atua no território de Manguinhos há mais de vinte e cinco anos, tendo iniciado as suas atividades com o projeto do Sistema de Comercialização Alternativa (Segurança Alimentar). Desde 1992 até os dias de hoje, possui empreendimentos populares, vinculados as áreas de educação, comunicação, cultura e direitos humanos, contando para isso com diversas parcerias institucionais. A Oficina Portinari, a Escola de Música e o Laboratório de Educação se inserem, portanto, nessa trajetória mais ampla.

“Devemos pintar como sentimos, mas devemos saber pintar o que sentimos”: eis as palavras do pintor brasileiro Cândido Portinari que inspiram a Oficina Portinari – Arte de Ver Manguinhos. Uma pergunta orienta as atividades desse projeto: o que põe em contato o território e a comunidade de Manguinhos com a obra artística de Portinari, que trouxe para suas telas temas como crianças brincando, trabalhadores do café e da cana-de-açúcar, retratos de retirantes e de caboclos? Justamente um ponto que põe em contato as relações entre o local e o universal, isto é, refletir sobre como questões ligadas ao cotidiano local e visíveis ao olhar podem elucidar temas universais, ligadas a arte ou à dinâmica da cidade. Portinari tinha na sua comunidade de Brodowski uma fonte enriquecedora do seu olhar, proporcionando-lhe um mais apurado entendimento acerca de si mesmo e do mundo ao seu redor. Assim ele contribuiu decididamente para moldar um senso coerente de identidade local, sugerindo ao país uma mudança no seu modo de expressão. A linha de atuação da Oficina Portinari – Projeto Arte de Ver

Manguinhos segue essa inspiração: ainda que marcada pelos estigmas do abandono e preconceito, é possível sim pensar esse espaço tendo as referências da beleza sensível e do fenômeno artístico. Essa mesma nuance que naquela região de Brodowski gerou em Cândido Portinari um olhar crítico e combativo contra a banalização da vida, atualmente gera em Manguinhos olhares semelhantes da parte de jovens artistas locais. Desse modo, a Oficina Portinari, através da metodologia “Arte de Ver Manguinhos”, reúne crianças moradoras das favelas do Complexo de Manguinhos, colaborando assim para transformação da realidade através do exercício do olhar crítico, criativo e da percepção estética comunitária para o desenvolvimento local sustentável, através das artes plásticas, desenho e pintura.

Exemplo que elucidada essa perspectiva é a atividade do projeto que relaciona o ato de fotografar a favela, e a escolha de algumas dessas fotos para serem transformadas em pinturas sobre telas. Nesse aspecto exercitou-se o manuseio do papel vegetal ao decalcar, o manuseio do lápis pincel, o uso adequado das tintas e das cores e suas variações. Em um primeiro momento, os jovens realizaram uma caminhada por vários locais do Complexo de Manguinhos, sob a mediação de oficinairos do projeto que contribuíram com conceitos de educação artística e de técnicas fotográficas - como o manuseio da máquina, a importância da luz e da sombra na composição da forma e do volume das coisas, enquadramento e ângulos. Essa experiência, in loco, lhes permitiu não apenas experimentar a objetividade que o momento de fotografar impõe, mas também conformar um olhar diferente sobre o território. Depois puderam comparar o que retrataram e acrescentar traços de técnicas de artes plásticas, operando dessa forma com as categorias de subjetividade e distorção da realidade admitidas pelo olhar artístico; em pequena escala, puderam experimentar formas diferentes de ver a realidade que os circula. Em suma, além de fomentar interesses de autovalorização comunitária, traz para primeiro plano o protagonismo infanto-juvenil.

No caso da Escola de Música de Manguinhos essa perspectiva se mantém. Há, nesse caso, a adoção de uma metodologia construtiva embasada na “Metodologia do ensino coletivo da música”. A cada início de aulas, por exemplo, há uma conversa compartilhada entre educadores

e estudantes sobre os estilos musicais que os jovens gostariam de abordar e aprender, de onde se elege uma música a ser apresentada na culminância do bimestre. As apresentações musicais são construídas coletivamente. Há, em um primeiro momento, uma análise dos estilos musicais visando o aprimoramento da percepção sobre estes. Uma vez definido o repertório, iniciam-se as conceituações, pesquisas, estudo de teorias e as trocas com as outras disciplinas. Além disso, os grupos realizam pesquisas sobre as histórias das músicas, personagens da cena musical – compositores, autores, público ouvinte, meios de divulgação, dentre outros. Através do estudo da música, estimula-se a interação e o entrosamento de todos e, sobretudo, a troca de conhecimentos – sem que com isso se reproduzam preconceitos acerca das músicas ouvidas por jovens na comunidade.

O Laboratório de Educação Territorializada e Cidadã de Manguinhos, por sua vez, se apresenta como uma experiência de ação no campo da educação, capaz de integrar: 1) ensino, por meio de um curso preparatório de jovens para acesso ao Ensino Médio em Escolas Federais, Técnicas e Politécnicas; 2) incentivo à pesquisa, por meio de oficinas e visitas técnicas de jovens a espaços de produção do conhecimento, visando à popularização do conhecimento científico; 3) ações de incentivo à leitura para o segmento jovem favelado, através de disponibilização de acervo bibliográfico a estudantes e moradores em geral e promoção de atividades itinerantes de estímulo a leitura e criação literária junto a escolas e creches da região. Por meio das três ações, realizadas de maneira coordenada, visa-se produzir pesquisas e reflexões com vistas à elaboração de metodologias pedagógicas sobre educação neste território e seus impactos na saúde. Trata-se, portanto, de proposta que objetiva a construção de uma perspectiva de educação territorializada, emancipatória e cidadã em Manguinhos, considerando a educação, em espaços formais e não formais, componente essencial dos determinantes sociais da saúde em ambientes urbanos vulnerabilizados.

Cabe ressaltar, nesse sentido, a proposta pedagógica do “Circuito do conhecimento”. O circuito se cumpre por um conjunto de ações pedagógicas, a partir de eixos temáticos definidos no planejamento, acompanhando o seguinte percurso em etapas fundamentais: realização de oficinas preparatórias em sala de aula; realização de visitas de campo

a espaços de produção do conhecimento; retorno a sala de aula para realização de oficinas de sistematização do conhecimento verificado nas visitas e preparo da apresentação das mostras do circuito do conhecimento; realização de Mostras do circuito do conhecimento nas escolas parceiras, multiplicando a vivência da visita.

Uma atividade que reuniu jovens dos três eixos do projeto foi o Circuito Histórico e Literário realizado no centro do Rio de Janeiro. Estudantes debateram em sala de aula sobre as remoções no contexto atual e as mudanças na cidade. Em seguida, leram, em sala de aula, o romance “O Cortiço”, de Aluísio de Azevedo, com o objetivo de debaterem, além das características literárias do texto, o contexto de surgimento das favelas no Rio de Janeiro, associadas aos modos próprios de vivência em habitações populares como os cortiços. Em seguida, elaboraram com os professores o planejamento de um circuito pelo atual centro da cidade, balizado pelas referências literárias contidas no romance de Azevedo. O percurso foi realizado tendo como mote os processos de modernização implementados desde a época em que “O Cortiço” foi publicado pela primeira vez – ou seja, na passagem do século XIX para o XX. Com isso, foi possível transitar entre as narrativas histórica e literária, além de problematizar os sentidos das mudanças ocorridas na cidade. No retorno à sala de aula, aconteceu uma Assembleia Popular em que as turmas puderam levantar problemas e soluções a partir da vivência no território e questões mais amplas trazidas pelas manifestações de 2013 – tais como, acesso a direitos sociais como saúde e educação, violência policial e transporte público.

Há nesses três projetos, uma concepção de educação aberta ao aperfeiçoamento, orientada por uma perspectiva territorializada, mas sem perder de vista os problemas maiores da cidade e da política mais ampla; e emancipatória, capaz de refletir criticamente sobre o próprio processo de produção e circulação das manifestações artísticas e do conhecimento. A Coordenadoria de Cooperação Social oferece, nesse sentido, o apoio e suporte teórico para que essas propostas se ampliem e gerem soluções que afetem a outros contextos semelhantes.

Formação crítico-cidadã com jovens

A construção de uma proposta pedagógica voltada ao segmento jovem de favela, que vise à valorização da ciência e do conhecimento, envolve a tomada de uma decisão: disponibilizar a ciência e o conhecimento ao propósito da transformação coletiva do espaço e da sociedade – eis um princípio que norteia essas ações apoiadas pela Coordenadoria de Cooperação Social da Presidência da Fiocruz. Essa decisão passa pelo questionamento de valores considerados “naturais” como a competitividade, o individualismo, a reificação do homem e um modo acrítico de percepção das coisas do mundo. Torna-se necessário, nesse sentido, trazer o cotidiano desse território para o âmbito da percepção artística e da produção do conhecimento, de modo a provocar no jovem educando participante desse processo o movimento crítico em relação a sua realidade vivida.

Propomo-nos avançar na perspectiva pedagógica que não hierarquiza conhecimento formal de experiência vivida, na linha do que Paulo Freire denominou pedagogia da autonomia, em que educadores e educandos atuam dialogicamente na construção do conhecimento. Ou seja, uma relação pautada, primordialmente, na horizontalidade das relações humanas e da produção do conhecimento e no pressuposto freireano de que:

“ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento”

O educando é sujeito pleno da construção do conhecimento e carrega consigo o acúmulo de vivências no território onde vive e nos espaços da cidade onde circula: o educando age, não é um ator passivo, observável e matéria de experiências. Nos diferentes segmentos de

1. **FREIRE**, Paulo. *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 52.

atuação dos três projetos aqui tratados, há em comum a perspectiva que visa estabelecer o movimento de intercâmbio entre cultura local e conhecimento científico produzido em instituições de pesquisa.

Eleva-se, desse modo, a necessidade de que equipe pedagógica e estudantes interajam com as organizações comunitárias existentes em Manguinhos, tais como os fóruns deliberativos e movimentos sociais locais, pensados enquanto espaço de formação dos próprios educadores. O diálogo, nesse caso, é o que Michel Thiollent chamou de pesquisa-ação, isto é:

*“A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.”*²

A pesquisa-ação permite o compromisso social e ideológico da atividade de pesquisa, superando seu aspecto de reconhecimento de objetos a serem estudados e, em seu lugar, reconhecendo os sujeitos que são alvos das ações, sujeitos autônomos e respeitados em sua capacidade de elaboração e de cooperação com a pesquisa. No lugar do “levantamento de dados”, se estabelece uma relação entre pesquisadores e pessoas envolvidas em um estudo da realidade que se dê pela participação, que se foque na resolução de problemas coletivos, que construa uma difusão entre envolvidos no paradigma ideológico do qual parte a proposta da pesquisa. A pesquisa-ação busca a complementariedade da produção de conteúdo sobre um contexto social e o agir participativo, integrado com os sujeitos do território.

O espaço da sala de aula, da visita de campo ou do círculo de leitura, isto é, os diferentes espaços educativos que compõem a Escola de Música, a Oficina Portinari ou o Laboratório de Educação Territorializada e Cidadã, se apresentam como pontos de partida capazes de fomentar entre os moradores a reflexão sobre a cidade, a sociedade brasileira, o meio ambiente e a história em que vivem, refletindo não

2. THIOLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 14.

apenas em como ela foi e poderia ter sido, mas alargando o campo de possibilidades de leitura e ação sobre as suas histórias no presente e no futuro.

Trata-se de uma perspectiva pedagógica que dialoga fundamentalmente com proposições teóricas desenvolvidas no campo da educação territorializada concebidas em outras unidades da Fiocruz, como por exemplo, na Escola Politécnica Joaquim Venâncio. O Projeto Político Pedagógico da Escola ressalta, já na sua “Apresentação”, o lugar da “educação como projeto de sociedade”, propondo-se a formar trabalhadores capazes de se tornarem protagonistas e dirigentes dos processos políticos da sociedade. Defende-se, no documento orientador da Escola, que a aquisição de saberes deve servir como instrumento contrário à divisão social do trabalho e a toda e qualquer forma de dominação³. Cabe ressaltar, nesse sentido, a consideração feita por esse documento acerca das formas de entrada na Escola.

“Com a intenção de que este processo seletivo seja mais democrático, a EPSJV mudou alguns critérios. (...) Com essas mudanças, que foram decididas coletivamente, em longos debates, o objetivo da EPSJV é radicalizar aquele que talvez possa ser considerado o maior princípio do seu projeto político-pedagógico: a defesa do direito à educação pública gratuita e de qualidade. E a EPSJV está convencida de que a melhor forma de garantir esse direito é tornar o acesso a essa educação cada vez mais democrático. Com isso, a Escola busca não naturalizar e não reproduzir, no seu interior, as desigualdades. (de condições e oportunidades) que marcam a nossa sociedade.”⁴

A leitura do trecho acima revela a disputa que constitui o uso do conceito de democracia em função das demandas político-sociais em que é mobilizado. Ao lançar mão de termos como “mais democrático”

3. ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (org). *Projeto Político Pedagógico*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 12.

4. PROCESSO SELETIVO ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO Site eletrônico <<http://www.processoseletivo.epsjv.fiocruz.br/>>. Acesso em 10/11/2012

e “radicalização do direito a educação pública, gratuita e de qualidade” o texto menciona o propósito político da ação pedagógica, pondo em xeque formas de acesso ao ensino público que, ao fim e ao cabo, fortalecem a lógica excludente que conserva hierarquias e lugares sociais díspares. Há um claro propósito político de redimensionar o conceito de democracia em função da latente necessidade de maior igualdade social, inserindo decisivamente a educação nesse processo. Tornar o acesso mais universal e democrático significa abrir a Escola para sujeitos que não só convivam com a vulnerabilidade social, mas que se tornem capazes de pensar alternativas para superação dessas vulnerabilidades.

É no diálogo com essa perspectiva que se inserem as três ações com jovens em Manguinhos aqui analisadas. Ou seja, defende-se como princípio basilar a educação dentro dessa lógica democrática, como processo dialógico e em construção; uma educação pautada na não hierarquização e transferência de saberes, mas sim na formação voltada para a ação, de sujeitos reflexivos e capazes de agir publicamente em função de um novo princípio construído coletivamente. Não se trata de uma proposta metodológica voltada *para* jovens, mas *com* eles.

Referências bibliográficas

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (org). *Projeto Político Pedagógico*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

PROCESSO SELETIVO ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIMVENÂNCIO. Site eletrônico <<http://www.processoseletivo.epsjv.fiocruz.br/>>. Acesso em 10/11/2012.

FERNANDES, Tania M. e COSTA, Renato Gama-Rosa. *As comunidades de Manguinhos na história das favelas no Rio de Janeiro*. In Revista Tempo, vol. 19 n. 34, jan. – jun, 2013: p. 117-133.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996

LIMA, C. e BUENO, L. *Território, Participação Social e Saúde: Manguinhos em debate*. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2010

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez Editora, 2005

Cidade, cidadania e saúde: experiência de educação socioespacial para a qualidade de vida

*Ana Beatriz Melo de Oliveira
Carmen Beatriz Silveira
Claudia Muniz Magnani
Patrícia Daflon dos Santos*

Introdução

O Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (PDCFMA) localiza-se na área da antiga Colônia Juliano Moreira (CJM), situada no Bairro de Jacarepaguá¹. Trata-se de um território de grande complexidade socioespacial e ambiental, situado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, em que o processo de expansão urbana acentuado nas últimas décadas se defronta com a demanda por preservação da área contígua, incluída no Parque Estadual da Pedra Branca, este reconhecido como Unidade de Conservação de Proteção Integral. A coexistência de situações contrastantes entre os ambientes, “natural” e construído, nesse trecho da cidade, agrava-se diante de outros aspectos referentes a alguns séculos de urbanização com a presença do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas e de um conjunto de assentamentos urbanos populares. Ambos constituem elementos significativos do patrimônio histórico-urbano-cultural que materializam a segregação e a fragmentação socioespacial da metrópole do Rio de Janeiro.

O artigo aborda a dimensão escalar restrita ao território da antiga CJM, relativamente ao contexto acima esboçado, que expressa carência significativa de equipamentos urbanos e de atividades culturais. Investigações anteriores realizadas no PDCFMA já haviam identificado uma premência social referente aos jovens moradores dos assentamentos supracitados, condicionantes que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento do Projeto “Promoção da Saúde sob a perspectiva da

1. Um dos dez bairros da XVI RA - Jacarepaguá, da cidade do Rio de Janeiro.

habitação e do hábitat”. A proposta focalizou sobretudo o cotidiano dos jovens moradores e suas relações indissociáveis com a ambiência urbana e cultural de uma região que sofre a pressão de grupos sociais envolvidos com o “tráfico de drogas” e/ou com as ações da “milícia”.

Em consonância com as ações de uma instituição pública de saúde, adotou-se a noção de Promoção da Saúde, relevante no contexto da “renovação do pensamento sanitário contemporâneo”, que questiona o paradigma flexneriano ao “contrapor-se ao modelo biomédico, hospitalocêntrico e curativo” (RABELLO, 2010). Essa noção vincula-se com a abordagem da Determinação Social da Saúde - que ressalta os condicionantes da qualidade de vida, incluindo aspectos sociais, culturais, econômicos, educacionais, habitacionais e ambientais, de um modo geral, e conforma um campo de saúde mediante uma concepção de saúde coletiva.

Nessa direção, este artigo revela aspectos do processo de implementação do projeto e analisa algumas questões importantes para a compreensão da magnitude da problemática vivenciada pelos jovens no seu cotidiano.

Vale ressaltar que o projeto fundamentou-se em ações educativas e culturais que pudessem auxiliar no entendimento da relação entre sociedade e natureza, e sensibilizar os participantes a respeito das condições da ocupação urbana, da qualidade das habitações e suas implicações com a saúde. Desse modo, valorizou-se uma visão ampliada do lugar de moradia e da dinâmica urbana, que estimulasse a reflexão sobre suas comunidades e o acompanhamento das transformações urbanísticas, mediante o fortalecimento das potencialidades comunicativas de expressão do cotidiano por meio de diferentes linguagens criativas. Igualmente, considerou-se que tais ações educativas e culturais deveriam representar uma possibilidade concreta da Fiocruz atuar na Promoção da Saúde, no sentido de abarcar o conceito ampliado de saúde que inclui as condições necessárias para assegurar a qualidade de vida.

Nessa abordagem, o projeto respaldou-se na busca de subsídios da Educação Popular, que valoriza o processo coletivo numa relação dialógica por meio da problematização de concepções de lugar, memória, do direito à moradia, à cidade e à cidadania.

Referências norteadoras da educação socioespacial

A compreensão de que a saúde é condicionada por um amplo conjunto de fatores e é construída individual e, principalmente, coletivamente conduziu à adoção da noção de Promoção da Saúde como um dos aportes teóricos desse trabalho. As formulações sobre a Promoção da Saúde remetem a perspectivas teórico-conceituais que podem ser apropriadas para uma implementação de políticas públicas de saúde. Para analisar os referenciais que sustentam a Promoção da Saúde, adotou-se uma contextualização que abrange três momentos que caracterizam sua concepção.

O primeiro momento foi marcado pelos discursos que remetem ao tema do início do século XIX até meados do século XX e caracteriza-se por uma abordagem higienista de promoção à saúde. O segundo carrega uma visão comportamentalista da Promoção à saúde desenvolvida, especialmente, na segunda metade do século XX em que prevalece o enfoque sobre os estilos e hábitos de vida com forte ênfase na responsabilização individual. O terceiro momento histórico é instaurado com as Conferências Internacionais de Promoção da Saúde, marcando a “Nova Promoção da Saúde” que traz uma concepção socioambientalista sobre o tema, enquanto objeto de política pública, e que pressupõe um movimento de coresponsabilidade entre Estado e Sociedade Civil na efetivação da Promoção da Saúde.

Desse modo, a partir do final da década de 1970, seguiu-se uma série de conferências internacionais e regionais de Promoção da Saúde, com incentivo da Organização Mundial de Saúde (OMS), momento em que a agenda das políticas públicas de saúde passou a incorporar esse conceito. Em 1986, realizou-se em Ottawa, Canadá, a Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, culminando com a Carta de Ottawa, que se tornou marco referencial no avanço desse conceito. Nesse documento, define-se promoção da saúde como:

“processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no

controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Neste sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (OMS, 1986)”.

No mesmo documento, amplia-se o conceito de saúde, acrescentando os seguintes aspectos: “paz, **habitação**, educação, alimentação, renda, desenvolvimento sustentável, justiça social e equidade” (OMS, 1986; grifo nosso). Desse modo, alarga-se a visão de saúde, que não se define apenas como ausência de doenças, mas passa a ser vista como produto social e recurso para a vida, reforçando-se a importância do envolvimento do sujeito em ações comunitárias e no controle de seu próprio destino. Assinala-se, ainda, que a Carta de Ottawa propôs campos centrais de ação para a elaboração e a implementação de políticas públicas saudáveis, tais como a criação de ambientes favoráveis à saúde, o reforço da ação comunitária, o desenvolvimento de habilidades pessoais e a reorientação do sistema de saúde. Nessa perspectiva “*a saúde é o maior recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, assim como uma importante **dimensão da qualidade de vida***”. (idem; grifo nosso).

Posteriormente, a Declaração de Bogotá – documento de lançamento da Promoção da Saúde na América Latina – reconhece a relação de mútua determinação entre saúde e desenvolvimento, afirmando que “a Promoção da Saúde na América Latina deve buscar a criação de condições que garantam o bem-estar geral como propósito fundamental do desenvolvimento” (OPAS, 1992). Assume que, assolada pelas desigualdades que se agravam pela prolongada crise econômica e as políticas de ajuste macroeconômico, a América Latina enfrenta a deterioração das condições de vida da maioria da população, junto com

um aumento dos riscos para a saúde e uma redução dos recursos para enfrentá-los. Por conseguinte,

“o desafio da promoção da saúde na América Latina consiste em transformar as relações excludentes, conciliando os interesses econômicos e os propósitos sociais de bem-estar para todos, assim como trabalhar pela solidariedade e a equidade social, condições indispensáveis para a saúde e o desenvolvimento (OPAS, 1992)”.

No Brasil, a Política Nacional de Promoção da Saúde propôs o estímulo à criação de experiências locais como estratégia para promover qualidade de vida e reduzir vulnerabilidades e riscos à saúde. É importante destacar que se torna cada vez mais evidente que as estratégias de promoção da saúde devem considerar o enfoque social, comunitário e político como determinantes das respostas efetivas em saúde (SAPAG e KAWACHI, 2007; METZLER et al, 2007).

Nesse contexto, torna-se oportuno evidenciar a noção de qualidade de vida,

“que pode ser analisada pela forma como é percebida pelos indivíduos. Segundo Paulo R. Guimarães da Silva, a qualidade de vida não pode ser estudada apenas em seu aspecto normativo. Também deve-se levar em consideração as percepções individuais, que sofrem influência da cultura e educação dos indivíduos (GUIMARÃES DA SILVA, 1996, apud VITTE et.al, 2002)”.

Segundo Oliveira, a qualidade de vida dever estar relacionada com o “grau de bem-estar individual ou coletivo”, compreendido em seus diversos aspectos, sobretudo pela “satisfação das necessidades humanas” (OLIVEIRA, 2013). Para a autora, “a subjetividade social aliada às condições de habitabilidade adequadas” constitui a síntese a ser considerada “para alcançar níveis desejáveis de qualidade de vida em assentamentos urbanos irregulares.” (idem). Ao abranger tanto os aspectos básicos, quanto aqueles mais complexos e subjetivos, o estudo de qualidade de vida tem sido largamente utilizado para fundamentar

a elaboração de instrumentos de gestão urbana e “tem se tornado uma referência nas discussões de planejamento do desenvolvimento e dos padrões de intervenção do Estado, principalmente no nível local” (KEINERT e KARRUZ, 2002). Por esse motivo, faz-se mister a compreensão da noção de qualidade de vida que favorece a participação e o exercício do direito à cidade, por parte da população.

Outro aspecto significativo referente ao conceito ampliado de saúde pode ser focalizado no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, ao tratar do direito de propriedade. Novos contornos foram incorporados a esse direito, inclusive no que se refere ao patrimônio público, alterando o foco “da propriedade do direito para a propriedade da função” (MEIRELES, 2005). Até então, apenas a União poderia legislar sobre o direito de propriedade e a desapropriação era o único instrumento público de gestão da política urbana capaz de interferir neste direito. Foi, no entanto, um instrumento pouco utilizado, já que demandava um enorme gasto com indenizações.

A Constituição de 1988 absorveu o ideário dos movimentos sociais e, finalmente, adotou a função social da propriedade² como elemento estruturador da política urbana, para a qual dedicou um capítulo, mais tarde regulamentado pelo Estatuto da Cidade. Instaurou novas formas de intervenção pelo poder público para coibir o mercado especulativo, estabeleceu a necessidade de promoção de moradia e de saneamento, cedeu autonomia aos municípios para o gerenciamento urbano, reconheceu o instrumento de usucapião para fins de moradia e abriu as portas para a participação popular nas decisões de gestão urbana (BEZERRA e CHAER, 2013). Já o direito à moradia está inserido no artigo 6º da referida Constituição, concernente aos “Direitos Sociais”, e hoje inclui-se nos pleitos dos movimentos sociais e de setores acadêmicos sobre moradia adequada, caracterizando uma luta pela consolidação dos direitos à propriedade e à cidade.

Milton Santos (1987) foi emblemático nessa discussão e, de certo modo, pode ser tomado como uma síntese dos debates críticos da década de 1980. O autor afirma os direitos à propriedade e à moradia,

2. A função social da propriedade é um princípio constitucional vinculado à estruturação de uma sociedade mais justa e igualitária. A CF/88, no artigo 5º, condiciona a faculdade de dispor deste bem ao bem estar social, visando garantir a dignidade humana e a qualidade de vida.

no entanto, problematiza essas questões, examinando-as no âmbito das investigações socioespaciais. Por um lado, Santos chama atenção para o direito que o cidadão deve ter à mobilidade espacial e ao acesso a serviços públicos, questionando assim a *fixação* da pobreza em determinados espaços. Ao mesmo tempo, advoga o direito do cidadão permanecer no seu *lugar identitário*, criticando com isso a descaracterização de bairros, a expulsão de favelados, os despejos e o “nomadismo sem direito às raízes” (VERAS, 1999), tão próprio das políticas urbanas atreladas aos interesses do mercado e do capitalismo predatório.

A complexidade do tema acima esboçado expõe a necessidade de um aprofundamento das questões, considerando-se a indissociável associação entre aspectos objetivos e subjetivos nas relações socioespaciais e nos direitos humanos. Neste artigo, procurou-se sinalizar a densidade desse tema analisado à luz das sociedades contemporâneas, contudo, centrando o foco na abordagem do conceito ampliado de saúde.

No que diz respeito aos aspectos tratados na proposta de educação socioespacial do projeto aqui examinado, buscou-se relacionar tal conceito ao processo de produção das morfologias arquitetônicas e urbanísticas das comunidades localizadas na área da antiga Colônia Juliano Moreira e seu entorno mais imediato. Nessa direção, tornou-se fundamental o entendimento das condições sociais dessas comunidades, mediante uma abordagem da dialética território-sociedade, que incluísse a identificação das condições de saúde dos moradores e seus legados culturais. Em tal contexto, a pobreza e as iniquidades sociais foram identificadas como determinantes-chave da saúde, aqui reiterada como relevante dimensão da qualidade de vida. Desse modo, sublinha-se a inextricável relação da promoção da saúde com a construção de políticas públicas intersetoriais voltadas para melhoria da qualidade de vida, equidade na produção e consumo de ações e serviços de saúde, tendo em vista a inclusão social e a afirmação da cidadania.

Em suma, entende-se que as práticas de Promoção da Saúde devem promover a participação da sociedade de forma aberta e democrática em um movimento que representa, em si, o exercício de cidadania, de capacidade de regular e administrar o poder, bem como de compartilhar os interesses e as responsabilidades. Nessa direção, privilegiou-se

o reconhecimento da morfologia urbana e arquitetônica, com suas implicações relativas à qualidade de vida, seguido de um mergulho na história da cidade, das favelas e da região de Jacarepaguá.

A concepção pedagógica adotada respaldou-se na construção compartilhada de conhecimentos (STOTZ, 1993; CARVALHO, ACIOLI e STOTZ, 2001; BORNSTEIN e STOTZ, 2008), tendo em vista a construção de um projeto que preconizasse a qualidade de vida e a saúde. Ademais, assumiu-se a proposta de educação socioespacial, que se fundamenta na perspectiva de que os cidadãos se constituem por meio de uma sensibilização e conscientização a respeito do seu espaço vivido, bem como da apropriação da configuração espacial do mesmo, examinado como materialização de ações sociais e portador de memórias e identidades historicamente engendradas.

Outras reflexões nortearam, ainda, a proposta de educação socioespacial, no intuito de abarcar aspectos cruciais da densidade dos problemas tratados, como a do Direito à Cidade, de Henry Lefebvre, a da Invenção do Cotidiano, de Michel de Certeau, a da Arte de Resolver a Vida, de Ana Clara Ribeiro, conforme as referências anexas. Distante de um aprofundamento das ideias desses autores procurou-se, neste artigo, somente revelar, na metodologia e na trajetória de desenvolvimento do projeto analisado, noções e apropriações que tangenciam tais reflexões, na medida das possibilidades e restrições do trabalho realizado.³

Método adotado e breve análise do projeto

Construção compartilhada do conhecimento e produção do Almanaque

Conforme mencionado na Introdução, por meio de outros projetos desenvolvidos no âmbito do PDCFMA, identificou-se uma demanda por realização de ações e projetos direcionados ao público jovem, tanto nas reivindicações dos moradores, quanto nas investigações documentais. Dados secundários revelavam uma carência de escolas destinadas ao

3. Consideram-se aqui as restrições decorrentes da necessária delimitação do escopo do trabalho com relação à equipe e condições materiais, ao tempo previsto e às regras inerentes ao Edital que propiciou o desenvolvimento do projeto.

segundo segmento do ensino fundamental e ao ensino médio, na região de Jacarepaguá. Baseando-se nas premências detectadas, o projeto aqui apresentado dedicou-se a alunos do primeiro grupo, em escola situada no bairro da Taquara, nas imediações do Campus Fiocruz da Mata Atlântica.⁴

Como parte da metodologia desenvolvida, optou-se pela realização de oficinas de Educação Socioespacial com um grupo de jovens do segundo ciclo do ensino fundamental, com idades entre 12 e 16 anos. Tais oficinas foram concebidas como um processo educativo emancipatório, que se esforçou para alcançar uma construção compartilhada de conhecimentos acerca da história e memória da cidade, envolvendo a produção de espaços urbanizados na cidade do Rio de Janeiro.

A proposta de educação socioespacial aqui apresentada tomou como ponto de partida o reconhecimento do espaço vivido e a escuta cuidadosa dos “praticantes ordinários da cidade” (CERTEAU, 1994) e abriu a possibilidade de tratar questões do cotidiano por meio de diferentes vertentes, valorizando o processo coletivo numa relação dialógica.

Desse modo, tratou-se da formação de uma configuração territorial segregada social e espacialmente e buscou-se a participação, que “está no cerne do processo educativo, pois desenvolve a capacidade do indivíduo ser ‘senhor de si mesmo’” (Loureiro, 2004), ao mesmo tempo em que sabe ouvir, respeitar e valorizar o outro e suas percepções.

Nessa direção, buscou-se orientar a proposta de oficinas de forma que abarcassem questões relacionadas à democracia, à cidadania e à justiça social, por meio de aspectos culturais e socioespaciais, extrapolando o programa previsto, mediante aulas expositivas, palestras, sempre seguidas de dinâmicas participativas com realização de desenhos e produção textual. Considerou-se também, abordar alguns problemas recorrentes no ambiente escolar, na tentativa de minimizar a distância entre os alunos e a escola. Durante todo processo de realização das oficinas procurou-se agregar os conteúdos planejados com as estratégias

4. O projeto foi desenvolvido durante dois anos, entre 2012 e 2013, por meio de parceria entre o Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (PDCFMA), a Escola Municipal Eunice Weaver e o Instituto Histórico da Baixada de Jacarepaguá (IHBAJA).

adotadas pela equipe para tratar questões relacionadas às realidades identificadas na relação cotidiana com os jovens participantes do projeto. Em complementação às oficinas realizadas em sala de aula e no auditório da escola, foram realizadas algumas atividades de campo, com visitas a determinados trechos da cidade e da região de Jacarepaguá.

Pode-se dizer que as oficinas de educação socioespacial representaram o principal instrumento metodológico e que, ao propiciar o diálogo e a troca de saberes e vivências, possibilitaram o desenvolvimento de subsídios para a construção participativa da tecnologia social proposta, o **“Almanaque Saúde e Cidade”**.

Três enfoques temáticos, arte final para o almanaque e experiência teatral

A abordagem metodológica adotada concebeu a implementação do projeto mediante a realização de oficinas distribuídas em três enfoques temáticos. No período correspondente ao primeiro ano letivo, foram realizadas dezoito oficinas de educação socioespacial, que trataram de escalas de análise distintas e complementares, envolvendo a temática da habitação e do hábitat, conforme explicitação a seguir.

O primeiro enfoque selecionado tratou de aspectos significativos da história da cidade, da região de Jacarepaguá e das favelas do Rio de Janeiro, três escalas analíticas que propiciaram a compreensão do espaço urbano como constructo social. Concomitantemente, abordou-se o reconhecimento do espaço vivido, referindo-se aos aspectos físicos imediatos da configuração espacial, e ainda, da relação entre apropriação popular do espaço urbano, cultura e memória, percebendo e associando-os à produção histórica desse espaço.

As áreas de expansão urbana na metrópole no Rio de Janeiro evidenciam o contraste entre processos de ocupação dominante e aqueles decorrentes da ação empreendida pelos “sem propriedade” (MENEGAT, 2003)⁵. Na diversidade socioespacial cristalizada na estrutura urbana, emerge a construção do cotidiano por grupos não hegemônicos e suas formas de resistência, resultantes de uma densidade histórica tecida no seu processo de ocupação. Condições de acesso à

5. Expressão proposta por Elizete Menegat em sua tese de doutorado. Ver referência anexa.

vida urbana, sintetizadas no direito à cidade, afiguram-se relevantes na observação de espaços contíguos em que convivem corpos fisicamente próximos, mas, sobretudo, socialmente distantes. A análise da memória valorizada e das memórias ocultas auxiliou na compreensão dos direitos a serem preservados e/ou construídos nas políticas públicas. Esse enfoque constituiu a base da proposta de educação socioespacial, que estabeleceu as condições para o desenvolvimento posterior das oficinas, concretizadas pelos demais temas tratados.

O segundo enfoque teve como base os indicadores de vulnerabilidade física e social desenvolvidos no projeto “Uma proposta de hábitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”⁶, mediante a utilização de diversas dinâmicas, com o intuito de debater sobre temas referentes às condições de habitabilidade consubstanciados nos indicadores relacionados às moradias. Este enfoque também buscou ampliar a compreensão da importância das redes de serviços que viabilizam o funcionamento da cidade (tais como o abastecimento de água, esgoto, drenagem, limpeza urbana e etc.) e o papel de cada cidadão neste contexto, além de sensibilizar os alunos para os cuidados da habitação e do hábitat que são necessários para promover a saúde dos moradores.

Finalmente, o terceiro enfoque selecionado aprofundou o tema da habitação buscando a difusão do uso de tecnologias sustentáveis, principalmente para setores populares. Tais tecnologias poderiam ser apropriadas não apenas no intuito de mitigação dos problemas ambientais, mas se tornariam capazes de, em médio prazo, serem produzidas em ampla escala para atender às demandas das comunidades, trazendo benefícios à qualidade da habitação. Na área da construção civil destacaram-se as tecnologias para redução de impactos ambientais, como projetos de “telhados verdes”, que permitem o cultivo de plantas sobre o telhado, amenizando o desconforto térmico no interior da moradia; a reciclagem de resíduos da construção civil e seu uso para pavimentação de ruas; o aquecedor solar de baixo custo e a captação de águas pluviais para o seu reaproveitamento. A apropriação dessas práticas entre os jovens também deveria possibilitar a sua difusão entre os familiares e vizinhos.

6. Projeto desenvolvido no âmbito do PDCFMA, entre os anos de 2008 e 2010.

Terminado o processo de implementação das dezoito oficinas de educação socioespacial, no segundo ano letivo, foram realizadas cinco oficinas de arte-educação destinadas à elaboração de desenhos aprimorados, mediante o aprendizado de técnicas de expressão gráfica, que constituiram o material necessário para a elaboração da arte final do **“Almanaque Saúde e Cidade”**⁷.

Como última atividade com os alunos, realizaram-se dezesseis oficinas teatrais, com cerca de quinze alunos, sobre os temas das oficinas de educação socioespacial e sobre a produção do Almanaque, que culminaram em apresentação pública no auditório da escola, por ocasião do lançamento daquela publicação. Tratou-se de atividade não prevista no escopo do projeto, implementada em razão da ampliação do prazo para o desenvolvimento final do mesmo, da demanda evidenciada nas oficinas de arte-educação e da disponibilidade de profissionais e de recursos⁸ para a experimentação de novas linguagens criativas. Essa atividade revelou-se como experiência de aprofundamento dos temas abordados com ênfase na criação individual e coletiva, já tratada nas linguagens do desenho e da escrita, além de proporcionar novas possibilidades de lidar com as questões relativas aos três enfoques temáticos, por meio de expressão corporal e participação intensa dos alunos.

Ambiente escolar entre distintas concepções pedagógicas: tensão e descobertas

Sobre as possíveis considerações referentes ao processo de desenvolvimento do projeto, cabe ressaltar algumas questões relevantes que demandaram, por parte da equipe da Fiocruz, decisões estratégicas para alcançar o objetivo proposto. Essas escolhas, posteriormente, se tornaram desafios com os quais a equipe teve que lidar no decorrer da implementação das oficinas.

7. Para a viabilização das oficinas de arte-educação e elaboração do **“Almanaque Saúde e Cidade”**, contratou-se a empresa **Textomagem – criação e produção**, conforme explicitado adiante.

8. Ao modificar as regras de destinação dos recursos previstos inicialmente no Edital da Coordenadoria de Cooperação Social, que selecionou o projeto, foi possível disponibilizar um montante para a realização de oficinas teatrais.

A primeira delas diz respeito à realização da maior parte das atividades no ambiente escolar, o que propiciou à equipe uma aproximação clara, tanto dos alunos, no seu cotidiano escolar, quanto da direção da escola e do seu corpo docente. Um dos professores integrou a equipe do projeto e contribuiu decisivamente para a efetivação dos contatos e a realização da parceria com a escola⁹. Em razão da presença da equipe no ambiente de uma escola pública, foi possível compreender melhor o seu funcionamento. Assim, estabeleceram-se vínculos com os alunos participantes e com alguns professores, o que conduziu a uma elevação gradual do interesse pelo projeto e, conseqüentemente, contribuiu para assegurar a manutenção da maior parte dos envolvidos durante todo período de desenvolvimento das oficinas.

Desse modo, a aproximação dos alunos e professores propiciou uma “ocupação” do ambiente escolar pela equipe, que passou a vivenciar parte das dificuldades decorrentes do ensino tradicional. Assim, ampliou-se a compreensão, ainda que parcial e restrita aos momentos de convivência, das relações entre o corpo docente e discente, diante dos problemas cotidianos de uma escola destinada a jovens de famílias de baixa-renda, situada na periferia de uma grande cidade.

Outro fator de relevância, determinante para o encaminhamento de todo processo, foi a opção de se desenvolver um projeto que assumia uma concepção pedagógica distinta daquela implementada na escola pela maior parte do corpo docente. A equipe propôs a seleção de alunos interessados, independentemente da sua avaliação de desempenho escolar, ou mesmo, relacionada ao seu comportamento em sala de aula e nas relações com os demais colegas. Nessa direção, a equipe preconizava a implementação do projeto com um grupo de cerca de 20 alunos, que abarcasse a diversidade de “perfis” identificados na escola, isto é, incluindo “bons” e “maus” alunos, cada um com a sua história e sua singularidade. Desta forma, foram selecionados alunos com diferentes características pessoais e de desempenho escolar nas oficinas de educação socioespacial.

Tal escolha revelou-se como um desafio desde os primeiros encontros

9. O professor de geografia, Valdeir Costa, integrou a equipe do projeto. Ele e o historiador Renato Doria, membros fundadores do Instituto Histórico da Baixada de Jacarepaguá (IHBAJA), viabilizaram a parceria desse Instituto com o PDCFMA para a realização do projeto.

entre a equipe do projeto e esses alunos. A multiplicidade cultural aliada às dificuldades pessoais dos mais diversos níveis interferiu diretamente na relação com os alunos, relativamente aos conteúdos trabalhados. Nesse intuito, a equipe de profissionais procurou compreender e enfrentar a complexidade dos elos que se estabeleciam entre os distintos grupos envolvidos, por meio de trocas dialógicas e de construção de recortes identitários que possibilitassem o desenvolvimento e/ou a reformulação das propostas.

Tal dificuldade pôde ser verificada em uma das oficinas que tratou tecnologias sustentáveis. Ao solicitar que os alunos aplicassem o conhecimento em suas casas, alguns demonstraram inibição em desenhar plantas baixas e fachadas representando suas próprias casas. Foi necessário tratar das condições de moradia dos alunos com delicadeza e respeito, explicando aos mesmos a importância de compreender as possibilidades de resolução de alguns problemas com conhecimento das técnicas de baixo custo.

Finalmente, outra questão a ser ressaltada, nitidamente relacionada às anteriores, foi quanto à percepção dos próprios alunos a respeito do projeto, que gerava comentários e avaliações dos mesmos, ora valorizando a implementação das oficinas, ora questionando aspectos que, então, seriam debatidos de forma individual e coletiva. Desse modo, as trocas cotidianas com a equipe, com os demais colegas e com amigos da escola, acabaram por despertar o interesse de outros alunos, não participantes. Entretanto, o entusiasmo demonstrado nos diálogos com a equipe nem sempre foi compreendido pelos professores e a direção da escola, que encontraram uma forma de “penalizar” alguns alunos que apresentavam dificuldades comportamentais e nas tarefas escolares. Em alguns poucos casos, tais alunos foram proibidos de participar das oficinas, por um período determinado. Em outros, foram retirados do projeto pela direção da escola, a despeito da expectativa de permanência por parte dos mesmos, e ainda desconsiderando o interesse da equipe de mantê-los num esforço de aprofundar o trabalho educativo.

Nessas considerações sobre o processo de desenvolvimento das atividades no ambiente escolar, assinalam-se as tensões acima mencionadas, mas também, algumas descobertas evidenciadas no

decorrer do projeto. As oficinas tornaram-se espaços de diálogos, onde se tratava não somente dos enfoques temáticos, mas também sobre questões recorrentes no cotidiano do ambiente escolar, debatendo-se sobre direitos e deveres, com respeito às diferenças inerentes às relações sociais. O diálogo propiciou uma relação de confiança entre os membros da equipe e os alunos, o que acarretou uma maior aproximação entre os envolvidos, todos transformados em cúmplices e copartícipes do processo.

Dentre outros aspectos, em alguns momentos foi possível debater sobre questões como o *bullying*, a relação com as autoridades e colegas, além de problemas familiares. A despeito da complexidade das diferentes vivências, que não poderiam ser tratadas com o necessário aprofundamento no período restrito às oficinas, esses momentos expressavam a intensidade e a diversidade das demandas do universo escolar. Constituíram-se assim, em pequenas, mas verdadeiras, descobertas, que permitiram a instauração de relações renovadas, com respeito mútuo e afetividade, buscando parcerias e realização das tarefas em mão dupla.

Pretendeu-se, desse modo, desenvolver uma prática pedagógica em que o aluno pudesse atribuir significado aos conteúdos apresentados e debatidos com o grupo.

“Tal relação implica em colocar-se no lugar um do outro e não apenas enquanto troca de favores, mas ‘... a cooperação, em seu sentido mais prodigioso: o de supor afetos, permitir as escolhas, os desejos, o desenvolvimento moral, como construção dos próprios sujeitos, um trabalho constante com estruturas lógicas e as relações de confiança’”. (TOGNETTA, 2002, apud JARDIM, 2006)

Desafios da mediação: a construção da cidadania com enfoque na saúde, na cidade e na produção de uma tecnologia social

“A educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as

peças para transformar as diversas formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação”. (JACOBI, 2003)

Conforme já evidenciado, assinala-se a compreensão necessária para lidar com a realidade complexa dos jovens participantes do projeto. Ao desenvolver-se um trabalho de educação socioespacial por meio de um escopo que prevê objetivo, metodologia e resultados pré-determinados, percebeu-se que esse modelo precisava ser flexibilizado na implementação de uma proposta de educação para a participação.

Malgrado as constatações acima, a tecnologia social proposta constituiu motivação expressiva para que fossem tratados diversos temas que compõem as questões relacionadas à cidade e à cidadania. Materializada no **“Almanaque Saúde e Cidade”**, essa tecnologia possibilitou a participação dos alunos em todas as etapas de sua elaboração, por assegurar certa liberdade de expressão nas formas de linguagem utilizadas.

Trata-se de uma publicação que reuniu, sistematizou e selecionou o material desenvolvido pelos alunos durante o processo de realização das oficinas temáticas com textos e ilustrações de fácil leitura e interpretação por parte dos interessados. A ideia desta tecnologia social respaldou-se na concepção de Helena Scherlowski Leal David e Regina Maria Marteleto, que desenvolveram o **“Almanaque do Agente Comunitário de Saúde”**, como **“proposta que permite avançar numa compreensão sobre as formas de produzir conhecimento das classes populares”** (DAVID e MARTELETO, 2012). Fundamentando-se em Walter Benjamin, **“Marteleto, Guimarães e Nóbrega argumentam em favor da narrativa como expressão coletiva de uma cultura e visão de mundo, ressaltando o aspecto da permanência da palavra trazida pelo narrador, comparando-o ao informante”**, ou seja, a permanência daqueles que narram suas histórias, territórios e experiências (Idem, 2012).

A proposta de elaborar um almanaque no âmbito deste projeto também considerou a relevância deste veículo de comunicação na cultura brasileira, a exemplo do destaque dessa produção a partir do

início do século XX, sob forte influência da cultura francesa. Trabalho desenvolvido por Tatiane Milene Torres demonstra alguns aspectos significativos do seu estudo sobre o “Almanaque Brasileiro Garnier”, em circulação entre os anos de 1903 e 1914, ao enfatizar que se trata de uma “proposta autenticamente brasileira e não apenas uma reprodução do modelo francês” (TORRES, 2009).

Compreende-se, assim, que o Almanaque produzido pode ser considerado uma tecnologia social que associa ideias técnicas e científicas aos saberes populares, numa linguagem de fácil apreensão e divulgação. A sua elaboração foi enriquecida com a contribuição de profissionais especializados no desenvolvimento das oficinas de arte-educação, etapa fundamental do processo que teve o intuito de aprimorar o material produzido nas oficinas de educação socioespacial, além de complementá-lo para atender ao Plano de Publicação do Almanaque.

Esse Plano foi desenvolvido em cinco reuniões de planejamento, nas quais se discutiu a forma e o conteúdo de cada página do Almanaque e identificou-se o material a ser aprimorado e o que ainda precisaria ser produzido. Conforme já exposto, realizaram-se as cinco oficinas de elaboração da arte final, ministradas por duas profissionais em arte-educação (profissionais da empresa contratada), com a participação da equipe do projeto, além dos alunos, que tiveram acesso a técnicas de desenho e pintura. Ministrou-se também um aprendizado breve e intensivo sobre história da arte, estilos de representação pictórica e artística e, sobretudo, sobre práticas de desenhos individuais ou em grupo, com utilização de diversas dinâmicas.

Para essa nova etapa foi necessário contar com um número menor de alunos e, muitas vezes, dividir as tarefas em pequenos grupos. Desse modo, foi possível concentrar a atenção no desenvolvimento das atividades previstas, o que permitiu a elaboração do material necessário, mesmo num período bastante limitado.

Convém sublinhar que, durante as últimas oficinas, os alunos apresentaram uma demanda em relação a atividades teatrais, o que poderia representar mais uma forma de abordagem dos temas presentes no Almanaque. Entendeu-se que esta seria uma oportunidade de verbalizar os assuntos tratados ao longo de mais de um ano de projeto.

Desse modo, conforme mencionado, também ocorreram dezesseis encontros para produção e concepção de uma peça teatral, que foi apresentada para pais, alunos, professores e demais convidados na reunião para lançamento da Tecnologia Social proposta. Pode-se dizer que este momento significou a culminância de todo trabalho realizado e que o **“Almanaque Saúde e Cidade”** possibilitou o debate de temas de grande relevância para a Promoção da Saúde de forma simples, participativa e dinâmica, com um grupo de jovens representantes da pluralidade de perfis comportamentais e de desempenho escolar heterogêneo.

Resultados alcançados e potencialidades

Considera-se que o projeto aqui exposto teve o seu objetivo geral alcançado, contribuindo, ao menos parcialmente, para a Promoção da Saúde e a Qualidade de Vida do público envolvido. Por meio de construção compartilhada de conhecimentos, com ações educativas e culturais, procurou fortalecer a cidadania, a apropriação social, a autonomia e a participação crítica dos envolvidos diretos e indiretos do projeto.

Os objetivos específicos também foram alcançados mediante os seguintes aspectos:

- fortalecimento do (re)conhecimento do espaço vivido, fundamentando-se no debate sobre a cidade, o bairro e o lugar de moradia, com base na história, na cultura e na memória locais;

- contribuição para a compreensão da importância da habitação e do habitat para a saúde dos moradores, incluindo questões de saneamento, conforto ambiental e cuidados com a moradia.

- disseminação das informações sobre as tecnologias sustentáveis voltadas para a habitação popular, por meio do compartilhamento de técnicas que valorizem o uso de matérias primas locais e dos saberes das comunidades envolvidas.

- elaboração do **“Almanaque de Promoção da Saúde sob a Perspectiva da Habitação e do Habitat”**, que resultou da sistematização do trabalho desenvolvido no conjunto das oficinas, visando à conscientização, à orientação e ao debate sobre qualidade de vida e saúde.

Cabe acentuar que a relevância do projeto desenvolvido está, em

grande parte, subordinada aos seus possíveis desdobramentos em contextos semelhantes. Com o propósito de consolidar essa proposta, têm-se buscado alguns caminhos por meio da realização de ações de disseminação do projeto¹⁰. Para concluir, assinala-se que as propostas em curso fundamentam-se em reflexões que reforçam as palavras de Vitte (2009: 118):

“Uma discussão sobre qualidade de vida requer a consideração sobre a necessidade de se refundar um ‘novo’ diálogo com as novas racionalidade e razão na sociedade, reintegrando a natureza na cultura e no cotidiano das pessoas. Isso exige nova reflexão filosófica, estética, científica e, acima de tudo, política, com a (re) invenção da cidadania”.

Referências bibliográficas

BEZERRA, Maria do Carmo; CHAER, Tatiana M. S. *Regularização fundiária em áreas de proteção ambiental – a visão urbana e ambiental*. Texto apresentado no 2º Seminário Nacional de Construções Sustentáveis. Passo Fundo - RS, 2013.

BORNSTEIN, Vera Joana; STOTZ, Eduardo Navarro. *O trabalho dos agentes comunitários de saúde: entre a mediação convencidora e a transformadora*. Trab. Educ. Saúde, v. 6 n. 3, p. 457-480, nov. 2008/fev.2009.

CARVALHO, Maria Alice P.; ACIOLI, Sonia; STOTZ, Eduardo N. *O processo de construção compartilhada do conhecimento: uma experiência de investigação científica do ponto de vista popular*. In: VASCONCELOS, Eymard M. (Org.). *A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 101-114.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis:

10. Como parte dos desdobramentos do projeto, recentemente, foram realizadas cinco oficinas com professores da Escola Municipal Eunice Weaver, no intuito de disseminação do mesmo pela atuação do corpo docente em sala de aula. Ademais, foi apresentada proposta de implementação do projeto em outra escola municipal vinculada à 7ª CRE/ RJ.

Vozes, 1994.

DAVID, Helena Maria Scherlowski Leal; MARTELETO, Regina Maria. *Almanaque da Dengue: leituras e narrativas de Agentes Comunitários de Saúde*. Rev. Bras. Enferm. Brasília, 2012, nov-dez; v. 65, n.6. p. 911-912

GUIMARÃES DA SILVA, Paulo Rogério. *Qualidade de vida no meio urbano: aspectos conceituais e metodológicos numa aproximação da problemática ambiental na gestão local*. In FISCHER, Tânia (Org). *Gestão contemporânea: cidades, estratégias e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

JACOBI, Pedro Roberto. *Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade*. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, n. 118, mar 2003. p. 189-205.

JARDIM, A. P. *Relação entre Família e Escola: Proposta de Ação no Processo Ensino Aprendizagem*. Presidente Prudente: Unoeste, 2006.

KEINERT, Tânia; KARRUZ, Ana Paula (Orgs). *Qualidade de Vida, Observatório, Experiências e Metodologia*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Educação Ambiental Transformadora*. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MENEGAT, Elizete. *Limites do ocidente: um roteiro para o estudo da crise de formas e conteúdos urbanos*. Tese de doutorado- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: IPPUR: UFRJ, 2003.

METZLER, M. et al. *Community Interventions on Social determinants of health: focusing the evidence*. In: MCQUEEN, D.V.; JONES, C.M. *Global Perspectives on Health Promotion Effectiveness*. New York: Springer, 2007. p. 225-45.

MEIRELES, Hely Lopes. *Direito de Construir*. São Paulo: Malheiros Editores, 2005, 9ª ed., p.27.

MINAYO, M.C.S. *Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida*. In: MINAYO, M.C.S., MIRANDA, A.C. (Orgs.) *Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002. (2a. reimpressão). p.

173-89.

OLIVEIRA, Ana Beatriz M. S. *Habitabilidade e Subjetividade: uma perspectiva de intervenção em assentamentos urbanos irregulares*. Dissertação de Mestrado - Programa de Engenharia Urbana- Escola Politécnica. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

OPAS. *Declaração de Santa Fé de Bogotá*, p. 41-47. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE - Fiocruz, 1996. *Promoção da Saúde: Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá*. Brasília: Ministério da Saúde: IEC, 1992.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Carta de Otama*, 1986. Disponível em: <www.opas.org.br/promocao/uploadArq/Ottawa.pdf>. Acesso em 14/10/2009.

RABELLO, Lucíola Santos. *Promoção da Saúde: a construção social de um conceito em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *O desenvolvimento local e a arte de “resolver” a vida*. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. v. 5. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SAPAG, J.C.; KAWACHI, I. *Capital social y promoción de la salud en América Latina*. Rev. Saúde Pública, v. 41, n. 1, p. 139-49, 2007.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

STOTZ, E.N. *Enfoques em educação e saúde*. In: VALLA, Victor V.; STOTZ, Eduardo N. *Participação popular, Educação e Saúde: Teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

SUTTER, Graziela. *Refletindo sobre a relação família escola*. Artigo, 2007, disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/refletindo-sobre-a-relacao-familia-escola/926/>>. Acessado dia 23/11/2011

TERRIS, M. *Conceptos de la promoción de la salud: dualidades de la teoría de la salud pública*. In: ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE SALUD. *Promoción de la salud: una antología*. Washington, D.C.: OPS, 1996. p. 37-46.

TORRES, Tatiane Milene. *Cultura do Almanaque ou utopias que consolam?*. Anais do SETA, n. 3, 2009.

TORRES, Tatiane Milene. *Cultura do Almanaque ou utopias que*

consolam?. Anais do SETA, n, 3, 2009.

VÉRAS, Maura. *Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos*. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (p. 27-50). Petrópolis: Vozes, 1999.

VITTE, Claudete C. S.; JANUZZI, Paulo de Martino; KEINERT, Tânia Margarete M.; KEINERT, Ruben Cesar. *Novas abordagens de desenvolvimento e sua inserção na gestão de cidades*. In: KEINERT, Tânia; KARRUZ, Ana Paula (Orgs.). *Qualidade de Vida, Observatório, Experiências e Metodologia*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

VITTE, Antonio Carlos. *Modernidade, território e sustentabilidade: refletindo sobre qualidade de vida*. In: VITTE, Claudete C. S.; KEINERT, Tânia Margarete M. (Orgs.). *Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: Discussões teórico-metodológicas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

Sobre os autores

Aline Caputi é formada em Administração, pós-graduada em RH e atua como Analista de RH da Fiotec.

Ana Beatriz Melo Oliveira é Mestre em Engenharia Urbana pelo Programa de Engenharia Urbana (PEU) da Escola Politécnica/UFRJ e Pesquisadora/bolsista do PDCFMA/Fiocruz.

Carmen Beatriz Silveira é Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e pesquisadora/bolsista do PDCFMA/Fiocruz.

Carmen Evelyn R. Mourão é Especialista em Educação Infantil, educadora do Serviço de Educação em Ciências e Saúde do Museu da Vida/COC/Fiocruz e realiza a coordenação pedagógica do Programa de Produção Cultural que desenvolve ações educativas com os jovens de Manginhos e Maré.

Claudia Muniz Moreira Magnani é Mestre em Saúde Pública pelo Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental / DSSA/Ensp/Fiocruz e doutoranda no Programa de Pós Graduação da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF/PPGAU. Atua como tecnologista em Saúde Pública do PDCFMA/Fiocruz.

Daniel Pinha Silva é Doutor em História Social da Cultura, professor e bolsista da Coordenadoria de Cooperação Social da Fiocruz.

Elizabeth Campos cursa Psicologia, é educadora social, atua como coordenadora do Espaço Casa Viva/Redeccap e colaboradora da Cooperação Social da Fiocruz.

Felipe Eugênio dos Santos Silva é Mestre em Ciência da Arte, Historiador e Bolsista da Coordenadoria de Cooperação Social da Fiocruz.

Fernanda Mendes Lages Ribeiro é psicóloga, Doutora em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz), colaboradora do Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz).

Fernando Gomes da Rocha é graduado em Serviço Social é Assistente de avaliação e monitoramento do Projeto Participação e Dinamização Juvenil no PSE, Programa de Educação, Cultura e Saúde, Fiocruz-Brasília.

Flavia Xavier é formada em Administração, pós-graduada em RH e atua como Analista de RH da Fiotec.

Hilda Gomes é Mestre em Educação, Educadora e atual Coordenadora do Serviço de Educação em Ciências e Saúde do Museu da Vida/ COC/Fiocruz.

Izabela Amaral Caixeta é graduada em Sociologia e Licenciada em Ciências Sociais, Assistente de avaliação e monitoramento do Projeto Participação e dinamização juvenil no PSE, Programa de Educação, Cultura e Saúde, Fiocruz-Brasília.

Luciana Sepúlveda Köptcke é licenciada em Educação Artística, Doutora em Museologia, Coordenadora do Projeto Participação e dinamização juvenil no PSE, e do Programa de Educação, Cultura e Saúde, Fiocruz-Brasília.

Mayalu Matos é psicóloga, Mestre em Medicina Social pelo Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ). Vem atuando na área de Direitos Humanos, Promoção da Saúde e Tecnologias Sociais desde 2004. Coordenou a Assessoria de Cooperação Social da Ensp/Fiocruz, de 2010 a 2013. Atualmente é analista de gestão no Centro Latino Americano de Estudos da Violência (Claves/Ensp/Fiocruz).

Patricia Daflon dos Santos é Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e Pesquisadora/bolsista do PDCFMA/Fiocruz.

Patricia Lopes é formada em Psicologia com MBA em Gestão de RH e atua como Supervisora de RH da Fiotec.

Raquel Raad é formada em Psicologia, com MBA em Gestão de RH e especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Atualmente é Gerente de RH da Fiotec.

Rosane Marques de Souza é psicóloga, Mestre em Ciências na área de Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz), colaboradora do Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz)

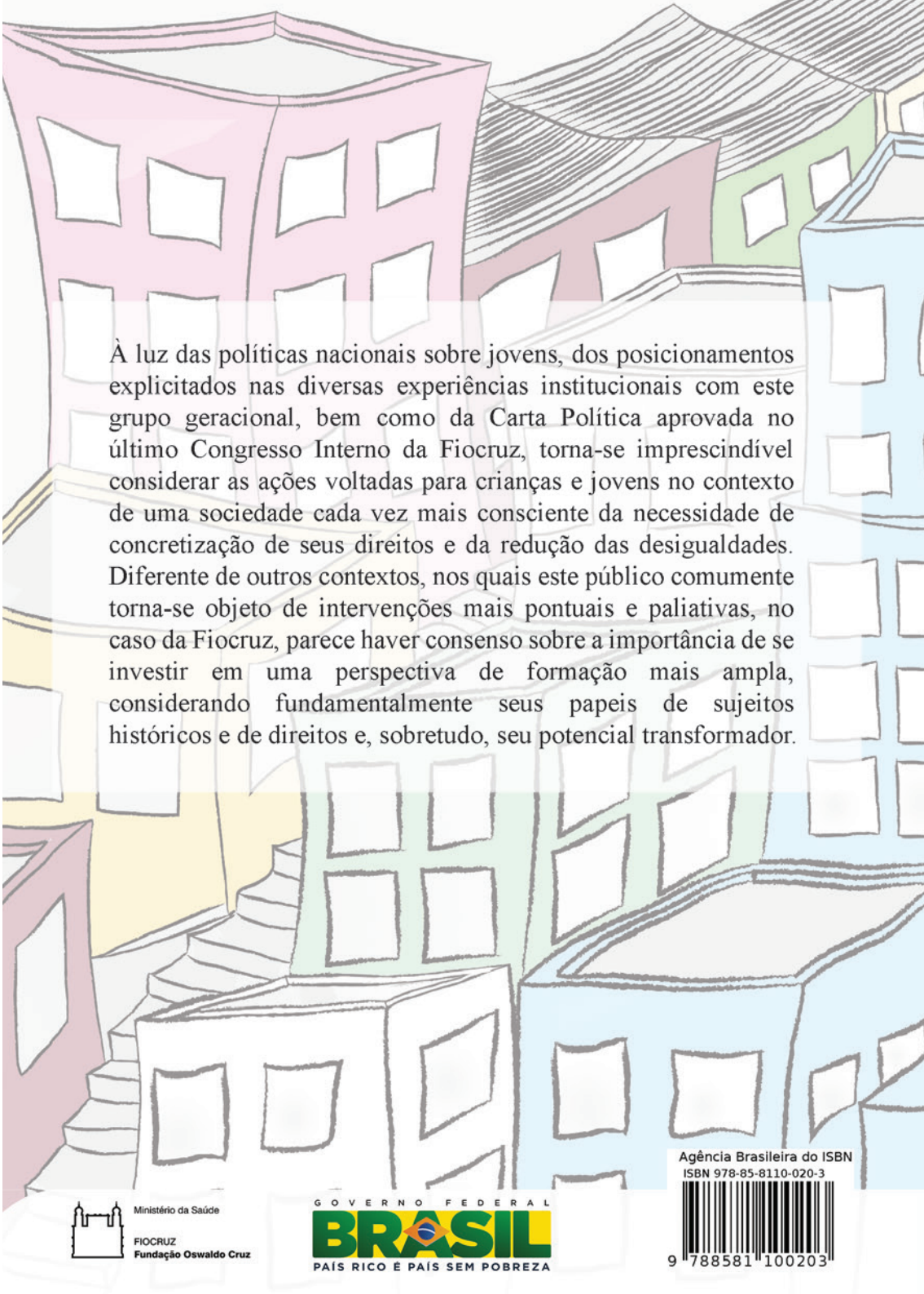
Vanessa Fernandes Guimarães é Doutora em Ciências Biológicas, (Microbiologia), trabalha desde 1999 na área de museus de ciência e educação não formal, é educadora no Serviço de Educação em Ciências e Saúde do Museu da Vida/ COC/Fiocruz.

Sobre os organizadores

Beatris Camila Duqueviz é socióloga, Mestre em Sociologia Rural pelo CPDA/UFRRJ e Analista de Gestão em Saúde na Coordenadoria de Cooperação Social da Presidência/Fiocruz.

Leonídio Madureira Sousa Santos é coordenador na Coordenadoria de Cooperação Social da Presidência/Fiocruz.

Natália Helou Fazzioni é Mestre em Antropologia Social pela USP, doutoranda em Antropologia Cultural pela UFRJ e bolsista da Coordenadoria de Cooperação Social da Presidência/Fiocruz.

A stylized illustration of a cityscape with various buildings in shades of pink, green, blue, and yellow. The buildings have simple rectangular windows and doors. In the foreground, there are some steps leading up to a building. The overall style is clean and modern, with a focus on geometric shapes and a vibrant color palette.

À luz das políticas nacionais sobre jovens, dos posicionamentos explicitados nas diversas experiências institucionais com este grupo geracional, bem como da Carta Política aprovada no último Congresso Interno da Fiocruz, torna-se imprescindível considerar as ações voltadas para crianças e jovens no contexto de uma sociedade cada vez mais consciente da necessidade de concretização de seus direitos e da redução das desigualdades. Diferente de outros contextos, nos quais este público comumente torna-se objeto de intervenções mais pontuais e paliativas, no caso da Fiocruz, parece haver consenso sobre a importância de se investir em uma perspectiva de formação mais ampla, considerando fundamentalmente seus papéis de sujeitos históricos e de direitos e, sobretudo, seu potencial transformador.



Ministério da Saúde

FIUCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-8110-020-3



9 788581 100203